

Diário do Legislativo de 26/08/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 42ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21/8/2003

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Votação de Requerimentos: Requerimento nº 422/2003; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de quórum para votação; renovação da votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação - Requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; deferimento; discurso do Deputado Alberto Pinto Coelho - Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Rogério Correia - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Sidinho do Ferrotaco - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para

proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e a votação de requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os Requerimentos nºs 527, 618, 653, 657 e 770/2003, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Lei nºs 105 e 740/2003, também apreciados na referida reunião.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 422/2003, do Deputado Gil Pereira, em que se solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre o andamento das obras da BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte a São Paulo, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do requerimento. Emendado em Plenário, voltou o requerimento à Mesa da Assembléia, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico, para tanto, solicita aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação pelo processo eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 19 Deputados. Não há quórum para votação, motivo pelo qual a Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, solicito-lhe, já que temos matérias relevantes na pauta, que se proceda à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados; portanto, há quórum para a votação da matéria constante na pauta. A Presidência vai renovar a votação do substitutivo. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Sebastião Helvécio - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico, para tanto, solicita aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação pelo processo eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram 27 Deputados; portanto, não há quórum para votação, mas o há para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna a votação sem efeito. Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de vir a esta tribuna para consignar um fato auspicioso de grande relevância não só para Minas, mas também para o nosso País: o evento realizado em Pouso Alegre, no último dia 18, com a presença do Ministro dos Transportes, do Governador Aécio Neves, do Presidente Lula, de inúmeros parlamentares votados na região Sul de Minas e de outros companheiros que ali compareceram em razão da importância daquele momento.

Diria que foi uma data histórica para Minas e para o Brasil, uma vez que o Presidente Lula muito bem caracterizou a importância da BR-381 quando fez a analogia de que aquela artéria está para o MERCOSUL, assim como o rio São Francisco está para o nosso País. É o rio da integração. E a BR-381 efetivamente propiciará grandes benefícios para o Brasil e para todo o MERCOSUL.

Como parlamentar, represento o Sul de Minas nesta Casa, uma vez que sou majoritário em sete municípios dessa região, seis dos quais localizados no extremo Sul do Estado; a, destes últimos, tenho a honra de representar os cinco municípios do Sul de Minas que margeiam a BR-381 de Pouso Alegre até a divisa com São Paulo: Estiva, Cambuí, Itapeva, Camanducaia e Extrema.

Com certeza, como disse, a importância da BR-381 já está consignada, mas, para aquela região e para esses municípios que margeiam aquela rodovia, sem sombra de dúvida o alcance será muito maior. Temos, por exemplo, já definido, no projeto da BR-381, o acesso ao Distrito de Córrego dos Mulatos, no Município de Estiva. O trecho é o único ponto da rodovia em que há uma bifurcação mais ampla dos dois eixos da rodovia. E já está sendo implantado nesse trecho mais um empreendimento do grupo Graal, propiciando aos moradores do Distrito de Córrego dos Mulatos 100 a 200 empregos diretos.

Esse é um dos inúmeros exemplos que poderia citar para enaltecer a importância da retomada das obras da BR-381, como bem disse o ex-Presidente desta Casa, o mineiro que está à frente do Ministério dos Transportes com os olhos voltados para a questão afilativa, eu diria, da infra-estrutura viária do País, mas com uma atenção muito especial para o seu Estado, Minas Gerais, que detém a maior malha rodoviária do País.

Feito esse registro, quero dizer que fiquei muito feliz hoje ao ler no grande jornal dos mineiros, o "Estado de Minas", a entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) * - Ilustre Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho, agradeço a sua gentileza de deixar-me apartear seu discurso para me somar à voz de V. Exa. nos cumprimentos ao Presidente da República, ao Governador do Estado, e especialmente ao Ministro dos Transportes, Deputado Anderson Adauto.

Com essa notícia auspiciosa sobre a arrancada final para a conclusão da Rodovia Fernão Dias, Pouso Alegre e o Sul de Minas vivem um momento de festa. Há mais de dez anos, a Fernão Dias está em construção: avança e pára. Diversos trechos já estão precisando de reconstrução enquanto a duplicação não está concluída.

Vivemos um momento de festa rodoviária. Tivemos ali a presença do Governador Aécio Neves, que vem buscando recursos internacionais para que todas as cidades mineiras tenham ligação por asfalto. V. Exa. faz referência a Estiva, a Córrego dos Mulatos; diz que é necessário fazer um retorno para que os moradores de Estiva possam ir até o distrito. Há cidades em que V. Exa. faz política, assim como eu, como Senador Amaral, que é uma cidade importante, próspera, nos altos da Mantiqueira, que não tem ligação por asfalto. Vemos empresários, principalmente de São Paulo, fazendo investimentos em hotelaria, aproveitando a beleza da região numa cidade que é desprovida de asfalto. Temos a grande esperança de que o Governador Aécio Neves vá, de fato, ligar todas as cidades mineiras aos troncos principais.

Gostaria de cumprimentar o Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e fazer referência a uma outra rodovia muito importante para a região Sul de Minas: a BR-459. Há mais de 15 anos, essa estrada praticamente acabou. Todos os que fazem política na região reclamam ação do Governo Federal, do Governo do Estado, para que aquela rodovia seja recuperada. Agora, com o Deputado Anderson Adauto à frente do Ministério dos Transportes, teremos não um tapa-buracos, mas o início dos trabalhos para a sua recuperação. Já estão ali diversas máquinas, três empreiteiras que estão começando, de pronto, a reconstrução da BR-459, o que é um alento muito grande para o Sul de Minas. Temos a certeza de que viveremos um novo ciclo de progresso e desenvolvimento com a duplicação da Fernão Dias e a recuperação da BR-459. Muito obrigado, Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Deputado Alberto Pinto Coelho * - Agradeço a intervenção do ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira, que enriqueceu muito a nossa abordagem relativa à questão rodoviária no Sul de Minas.

Foi com grande satisfação que li a entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no jornal "Estado de Minas", porque temos visto o Deputado Rogério Correia, ilustre Líder da Oposição, fazer uma reivindicação imprópria, ao pedir o sobrestamento da tramitação do PPP, um projeto de grande importância para Minas Gerais.

Lamentei que o Deputado Rogério Correia não estivesse presente naquele momento histórico em Pouso Alegre. Mas sua bancada ali esteve, representada pelo ilustre Deputado Laudelino Augusto, que representava também Itajubá e todo o Sul de Minas, assim como nosso companheiro Dimas Fabiano. Eles testemunharam o discurso do Presidente Lula, que, em seu conteúdo, retratou o momento em que vivem o País, seus entes federados e os municípios. Essa postura mostra que realmente, quando se chega ao poder, a temperança vem e a visão do problema se amplia com outros matizes e outros ângulos.

Essa entrevista publicada retrata no subtítulo "Plano Plurianual" o conteúdo da fala do Presidente, que disse: "Vamos ver, agora, as prioridades para onde vamos direcionar os financiamentos do BNDES, onde entram as empresas nacionais, quais as empresas que o BNDES vai financiar. Veremos, ainda, que áreas podem ser concessão e onde entra a iniciativa privada internacional". Ou seja, é uma visão de que não podemos abdicar da participação da iniciativa privada internacional. O outro subtítulo da matéria, "Saneamento Básico", retrata outra fala do Presidente: "Se o Estado não tem condições de investir, tem que trabalhar com concessões. Saneamento básico...". Vou repetir, saneamento básico, estamos falando em saúde pública. "...Por exemplo, tenho dúvida se as empresas do Estado têm condições para fazer tudo." Então, está posta aqui exatamente uma visão que abre uma expectativa sem nenhuma barreira, sem nenhum preconceito ideológico, para que tenhamos soluções que urge sejam implementadas em nosso País, com uma visão do mundo contemporâneo.

Para encerrar, eu diria que também no último tópico da entrevista do Presidente Lula sob o título "Imprensa", ele diz: "Para um Presidente da República, as manchetes dos jornais não têm o mesmo peso que para o leitor comum. Você fica mais bem-informado. Às vezes, as pessoas fazem discursos porque têm que fazer o discurso, simplesmente por isso". Não tenho dúvida quanto ao acerto dessas palavras. Tenho a convicção de que esse projeto não é apenas importante para o resgate do desenvolvimento de Minas Gerais. O Governo Federal, na mesma linha de pensamento, irá adotar a mesma solução para as questões que afligem o País. Faço um chamamento à bancada da Oposição que tradicionalmente trabalhou nesta Casa com grande senso de responsabilidade, fazendo oposição propositiva. Vamos trabalhar com essa matéria como trabalhamos recentemente, em uma linha de diálogo permanente, buscando a convergência das idéias. Assim, em último plano, poderemos chegar às soluções para os problemas do Estado.

Gostaria de ouvir a Bancada do PT fazendo coro com essas soluções, a exemplo do que ocorreu com a chamada reforma administrativa e com a mini-reforma tributária, hoje uma realidade, fruto da contribuição efetiva da bancada da Oposição desta Casa, numa linha do diálogo e da busca do consenso.

O Deputado Laudelino Augusto (em aparte) - Sem entrar no mérito e nos detalhes da parceria público-privada, que estamos estudando e aprofundando, apenas digo que o Presidente Lula, de fato, disse. Só que a interpretação dada é que não está muito de acordo. Parceria público-privada já se faz no País, em muitos lugares. É bom que a haja, para resolver problemas básicos de nosso povo, porque a iniciativa privada tem tido muito lucro em muitas situações e precisa ter um caráter social, tem de colocar-se a serviço da sociedade brasileira.

Ao questionarmos na bancada, estamos contribuindo, porque, quando questionamos, damos contribuição também. Nossa bancada já apresentou várias emendas ao Projeto PPP. A questão é que a maneira como o Governo do Estado está querendo fazer é diferente. Não é assim que o Governo Federal vai fazer. Ele disse que valorizou, valoriza, e vamos valorizar a iniciativa privada também, até porque ela deve muito ao povo brasileiro, porque seus lucros, muitas vezes exorbitantes, são tirados do povo brasileiro. Que contribuam para o saneamento básico, coisa tão elementar. Que pena que um país como o Brasil viva situações tão graves de saneamento básico, de esgoto a céu aberto, em administrações que há anos não resolvem o que é básico para o nosso povo! Se as firmas privadas têm tido lucros, muitas delas internacionais,

que talvez devam mais ainda ao Brasil, estão levando o suor e o sangue do povo brasileiro, precisam contribuir para a solução dos problemas básicos de nosso povo. Só que os termos em que se dará isso é que são diferentes. Estamos querendo contribuir para que Minas Gerais tenha um projeto desses, mas em termos justos, éticos, que coloquem o dinheiro do povo, público ou privado, mas que vem do povo que consome, que seja bem utilizado.

Não entrarei nos detalhes, por questão de tempo, mas estamos atentos a isso. O Bloco PT-PCdoB leva muito a sério nossa missão aqui. Lula falou, sim, mas a interpretação dada é como se ele estivesse de acordo com o projeto daqui, que ele nem conhece ainda. Não estou dizendo se ele pediu ou não, não vem ao caso. Nosso Líder já provou que esse projeto foi feito no Governo Fernando Henrique, depois veio para cá. Se é coisa boa, que venha, mas queremos melhorá-lo.

Querida deixar isso claro porque fui citado, estava lá, com muita alegria. À tarde, também direi da grande alegria de ter estado com o Presidente Lula, tão bem acolhido pelo povo. Ele também acolheu o povo de maneira maravilhosa.

Concluo, lembrando um fato que me chamou muito a atenção. Estavam o Governador Aécio, o Presidente Lula e o Ministro Anderson Adauto conversando coisas técnicas no trevo da Fernão Dias, quando Lula, vendo o povo se manifestando, abanando seus braços, suas faixas, abriu espaço entre o Governador e o Ministro e foi falar com o povo. Ainda disse: "Quero falar com este povo". Para mostrar o desejo de estar em sintonia com o povo brasileiro.

Mais uma vez: Lula falou, mas, por questão de justiça, não concordamos com a interpretação que está sendo dada aqui.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Não estou dando nenhuma interpretação desvirtuada do caminho da transparência e da ética; aliás, isso é uma questão de princípio que norteia o Governo Aécio Neves.

Para finalizar, queria conclamar a Bancada do PT, pois com o conhecimento que detém das questões municipalistas, principalmente os Deputados Cecília Ferramenta, que conhece de perto a questão, o Líder da Minoria, Chico Simões, que já foi Prefeito de uma cidade importante de Minas, e consta que será forte candidato se quiser retornar à Prefeitura de Coronel Fabriciano, que venham a integrar a Frente Municipalista, em tão boa hora lançada nesta Casa, para que tenhamos a participação efetiva da Bancada do PT nas questões que afligem os municípios e os entes federados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem abordei o mesmo tema sobre o qual o Deputado Alberto Pinto Coelho acaba de discorrer. Ocupei a tribuna para falar especialmente sobre a opinião do PT a respeito da parceria público-privada. Voltarei ao assunto, mas, antes, farei um preâmbulo sobre o projeto em pauta, para cuja votação não houve quórum. Refere-se o projeto ao estabelecimento do salário do Governador. Não poderia deixar de manifestar a posição do Bloco PT-PCdoB a respeito disso.

Não há nada mais justo que o estabelecimento de um salário máximo no serviço público. As coisas não podem continuar do jeito como estão. Vimos, nesta Casa, nos Poderes Judiciário e Executivo, nas Assembléias Legislativas do País e no Congresso Nacional, salários aviltantes, portanto, inadmissíveis. Salários de R\$20.000,00 a R\$50.000,00 são prova de que é necessário estabelecer um teto salarial. Há tempos, o PT e, evidentemente, outros partidos vêm lutando para estabelecer um teto salarial no Brasil. Estamos, no entanto, próximos de conseguir isso a partir da aprovação da reforma da Previdência, que o Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional. É mais um dos compromissos que Lula cumpre.

Estamos conseguindo algo inédito no Brasil. O projeto, aprovado em 1º turno, estabelece, além do teto em torno de R\$17.000,00, que é o salário de Ministro do STF, três outros subtetos: um, para o Poder Judiciário, em 90,25% do salário de Ministro do STF, ou seja, em R\$15.000,00; outro, para o Poder Legislativo, cujo maior salário seria o dos Deputados, ou seja, R\$9.500,00; e outro para os funcionários públicos estaduais, que seria o salário do Governador. Seu valor dependerá da votação dos Deputados. Os demais já estão regulamentados.

O Governador do Estado, há meses, remeteu a esta Casa a proposta de R\$10.500,00 para seu salário. A reforma previdenciária sugere que este seja o subteto no Estado. Se aprovado esse valor, funcionário público estadual nenhum poderá perceber mais que R\$10.500,00.

Nossa posição é favorável a que esse teto seja imediatamente estabelecido. Já manifestamos ao Presidente da Casa a necessidade de se votar urgentemente o salário do Governador do Estado, para então estabelecermos, sem demora, o subteto salarial em Minas Gerais.

Deixo clara novamente a posição do PT, que coincide com a proposta da reforma previdenciária no que diz respeito ao teto e ao subteto, contrariamente ao movimento que tem sido feito de se estabelecer um subteto nacional maior, que seriam 90,25% do salário de Ministro do STF. Assim, o subteto dos Estados ficaria em 15 mil e alguma coisa.

Estamos com o Presidente Lula e com o compromisso histórico que fizemos de estabelecimento de um teto salarial defensável, exequível, a fim de que as pessoas possam exercer profissões de atividade exclusiva, viver bem, cujo salário não seja aviltante. Essa é mais uma vitória que o Presidente Lula obtém, em pouco tempo de Governo. Durante seus oito anos, o Governo Fernando Henrique não conseguiu estabelecer um teto salarial; ficou, portanto, sem resolver esse problema. Estamos prestes a resolvê-lo e queremos reforçar a votação desse projeto de lei. Sr. Presidente, essa é a posição de nossa bancada em relação ao teto, subteto e ao salário do Governador.

Quero também retomar uma análise que iniciei ontem, à qual o Deputado Alberto Pinto Coelho deu continuidade. É a análise da situação nacional nesses quase oito meses de Governo Lula. O Presidente declarou que este é o ano em que estamos trabalhando para consertar o Brasil, o que é verdade. O Brasil estava e ainda está com problemas. Foram oito anos de neoliberalismo, durante os quais o Estado abriu mão de suas funções. Com uma visão privatizante, achou que o mercado resolveria todos os problemas. E o Brasil chegou a uma situação muito difícil. Lula herdou uma herança maldita, uma herança que precisava de conserto. Concordo com o Presidente que, nesses oito meses, iniciamos o processo de restauração do Brasil, e os frutos começam a aparecer mais cedo até do que muitos esperavam. A inflação está controlada, o dólar está controlado. O Presidente havia pedido paciência, e os juros no Brasil começaram a baixar. Hoje, estão na faixa de 22%, em vez dos 26,5% já alcançados. A redução ainda é pequena. Gradativamente, pretendemos chegar ao final do ano com uma taxa bastante reduzida, porque a baixa da taxa de juros é um dos componentes para a retomada do crescimento econômico. Mas tanto o Ministro Palocci quanto o Presidente Lula têm dito que não é apenas a baixa da taxa de juros que promoverá o crescimento no País. É necessário que o País esteja estruturalmente preparado para o que Lula chamou "o espetáculo do crescimento".

As notícias boas não ficaram apenas na redução da taxa de juros em 2,5 pontos, na decisão do Banco Central - abaixo do índice em que qualquer economista apostava - mas, principalmente, no anúncio do Presidente Lula de que não mais dependemos do FMI. O Brasil pode fazer algum acordo com o FMI se assim o quiser, se for vantajoso para o País, mas não mais como algo obrigatório, como se estivéssemos com a corda no pescoço, a depender dos ditames do FMI, com interferência política no Brasil. Essa é uma mudança qualitativa enorme. Não mais será

a ordem do FMI de que a recessão seja a regra, como sempre faz, ou não pode ser apenas para que esse dinheiro fique guardado para o Brasil pagar juros altos. Poderemos tomar algum empréstimo do FMI se for para aplicar na infra-estrutura brasileira. O melhor é que isso não seja feito; o melhor é que o FMI saia do Brasil, porque é nosso inimigo. Esse anúncio que o Presidente Lula fez é extremamente importante, porque nos coloca em negociação com a ALCA de igual para igual, fortalecendo o MERCOSUL.

Hoje já se aponta o caminho do que será o novo País. Já é um novo Brasil, se considerarmos o que foi o Governo Fernando Henrique, e como iniciamos o nosso Governo.

Deputado Alberto Pinto Coelho, vi isso na entrevista de V. Exa. A diferença do Brasil de hoje em relação ao Brasil de Fernando Henrique já é sentida pelos brasileiros. Não é à toa que o índice de popularidade de Lula nunca foi alcançado pelo Presidente Fernando Henrique.

O povo brasileiro já sente a diferença. O povo tem a esperança de que o espetáculo de crescimento é possível, se unirmos o povo ao Governo Lula, que tem a perspicácia de respeitar os opositores. Mesmo sendo tucano, sendo oposição, sendo neoliberal merece o respeito na construção do Brasil, porque foi eleito Governador do Estado. Portanto, o Governador Aécio não será tratado como o Presidente Fernando Henrique tratou o Governador Itamar Franco, com desprezo, com picuinhas, com desejo de vingança. O Estado de Minas Gerais não merece isso. Lula trata o Governo deste Estado como se fosse o povo de Minas Gerais, respeitando as eleições e o sinal da democracia. Essa é a diferença do relacionamento.

A educação de Lula impede que diga que o Governador Aécio Neves copia projetos do Governo. Lula, no palanque, não dirá a Luiz Antônio Ataíde que pegar o projeto daquela empresa no Ministério do Planejamento foi feio. Por elegância, Lula não fará isso. Mas sei da história e posso contá-la de forma mais clara à população brasileira. Surrupiam o projeto no Ministério do Planejamento.

Esse projeto virou uma minuta mal feita que veio para cá. Levou em consideração apenas o PPP inglês. Somos a favor do projeto de parceria público-privada, em que Estado e iniciativa privada fazem acordo cuja vantagem ao Estado também se estabeleça, não apenas para a iniciativa privada.

Não é deixar à deriva para o capital, para o mercado, as políticas, a linha mestra do que interessa ao desenvolvimento brasileiro. É a mão firme do Estado direcionando os interesses sociais brasileiros. É muito diferente. A diferença entre um governo e outro também está colocada, no programa de parceria público-privada. Todos nós o defendemos, mas qual parceria público-privada está em discussão?

O problema é que o Governador Aécio Neves não pode determinar como o Brasil e o Estado brasileiro farão a interferência nos rumos da economia. O PSDB não está no poder nacional, perdeu as eleições. O Governo Aécio Neves precisa entender isso. Quem dita as normas do crescimento econômico, quem dita as normas de como o Brasil cresce é o Governo Lula, é o Partido dos Trabalhadores e seus aliados. Não é o PSDB. Não adianta o Governador Aécio Neves tentar direcionar o Brasil, porque foram derrotados, perderam as eleições.

Cabe a ele ter uma boa parceria, como a política que está sendo implementada nacionalmente pelo Governo Federal. O Brasil está corrigindo o que o Governo Fernando Henrique fez de errado durante oito anos.

Esse relacionamento respeitoso de Lula com o Governo Aécio não significa que abriremos mão de dar a direção política daquilo que nos levou à vitória, que é o nosso programa de Governo. A parceria público-privada será feita em consonância com o projeto que o Governo Lula enviará ao Congresso Nacional, junto com o Plano Plurianual. Esses ditarão as normas para as parcerias público-privadas em Minas Gerais e no Brasil.

O Governo Aécio não fará o PPP neoliberal que quiser. O PPP em Minas Gerais deverá seguir as normas da parceria público-privada, cujo interesse fundamental é do povo brasileiro e do Estado, em parceria com a iniciativa privada, mas com rumo e desenvolvimento econômico determinado. Por isso, as áreas escolhidas para as parcerias público-privadas são de infra-estrutura, porque precisamos de estradas e ferrovias.

O Brasil crescerá e, para isso, precisa de infra-estrutura. É claro que o Governo Fernando Henrique não poderia, de forma alguma, gastar dinheiro com infra-estrutura e com o setor energético. Era evidente que não, porque ele esperava que a iniciativa privada fizesse isso, o que não ocorreu. Como ele não esperava o crescimento, ocorreu o apagão, e, se não recuperarmos as estradas, ocorrerá o parágrafo.

Dessa forma, essa diferença básica está mostrada. A PPP terá, portanto, que levar em consideração os interesses de crescimento do Estado para a infra-estrutura, a energia, as estradas e as ferrovias. As parcerias virão desses interesses. Não queremos transformar a parceria público-privada em novas cobranças de tarifa, como está no projeto do Governador Aécio Neves.

Deputado Alberto Pinto Coelho, não é possível aprovarmos um plano de parceria público-privada em Minas sem conhecimento da legislação federal. É como a lei federal de licitação, a 8.666, que estabelece vários mecanismos que valem para o Brasil como um todo. O projeto da PPP que foi enviado pelo Governo Lula e que também será aprovado no Congresso Nacional estabelecerá parâmetros gerais para todos os Estados. Se aprovarmos o projeto aqui, antes de conhecermos o que foi aprovado lá, deveremos retomar e refazer a lei em Minas Gerais. Se quisermos brincar de fazer lei, tudo bem, mas ela não terá validade se a estadual não corresponder à realidade da nacional; e existem diferenças.

Já tinha solicitado que o projeto da PPP fosse retirado - e o Governo não quis fazer isso -, para que fizéssemos o debate nacional, mas tudo bem. Que o façamos, então, pelo menos ao mesmo tempo. O Deputado Chico Simões já apresentou requerimento à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em nome da nossa bancada, para trazer à discussão a PPP que está sendo feita nacionalmente. Deputado Alberto Pinto Coelho, pode ficar tranquilo, pois aprovaremos a lei de Minas Gerais, a nossa posição é favorável a ela, mas esperamos que ela seja executável e que esteja em consonância com a lei federal. É essa a abordagem que gostaria que V. Exa. compreendesse, ou seja, que discutíssemos as leis, conjuntamente, e que vocês contribuíssem com as idéias de Minas para a PPP nacional, que é o projeto que vale. Podemos até brincar aqui com o que não vale, e vocês podem até influir na PPP nacional, pois o Governo Lula é aberto. Também aceitamos opiniões que venham de outros partidos. Foi assim na reforma da Previdência e será na tributária. Será aprovado o texto original com mudanças ocorridas no Congresso, que levou em consideração as forças de oposição ao Governo Lula.

Passo a palavra à Deputada Maria Tereza Lara e espero que essa discussão seja frutífera. Não espero uma discussão sobre quem nasceu primeiro, se o ovo ou a galinha, mas sobre aquilo que, com seriedade, será implementado. Apresentar alguma coisa para dizer que é o pai da idéia, sabendo que não há capacidade para sua execução, se não for combinado com o projeto nacional, realmente, é apenas uma fanfarra, uma "mise-en-scène".

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Companheiro Rogério Correia, quero, mais uma vez, cumprimentá-lo por essa exposição extremamente pedagógica sobre a situação que estamos vivendo, ou seja, a questão da PPP e a posição do Governo Lula. Basta dizer que creio que o grande transatlântico está dando a volta, e o Lula, o PT e os partidos que dão sustentação ao Governo estão colocando o Brasil no rumo certo, gradativamente, com responsabilidade. A pessoa do Lula, realmente, transmite, para o povo brasileiro, para os partidos, para as lideranças e até internacionalmente, credibilidade. Há coerência entre aquilo que ele viveu, em que acredita e o que faz. Ele é muito sincero

quando questiona princípios que são nossos. Por exemplo, na relação com o sindicato e com outros, ele olha nos olhos.

Ele fala aquilo que, de fato, é possível, aquilo que é nosso sonho, nosso ideal, e aquilo que está fazendo durante esse processo, que foi possível a cada momento. O mundo tem carência de lideranças coerentes que queiram prioritariamente o bem do povo, principalmente dos excluídos, dos trabalhadores. O mundo tem pouquíssimas lideranças que têm essa coerência. Temos o Papa João Paulo II e outras lideranças na Igreja, mas temos poucas lideranças políticas, e o Lula é uma delas, pois sua fala condiz com o que viveu e acredita. No dia-a-dia, dá a vida e o sangue, se for preciso, para que isso aconteça em nossa sociedade.

Aproveitando a oportunidade nessa relação com o Governo Estadual, nosso bloco tem dado uma contribuição e sido responsável nas discussões dos projetos. Esperamos que aconteça também no PPP o que aconteceu com os projetos que foram discutidos e que tratavam dos servidores públicos, aos quais apresentamos substitutivos dando o rumo que o povo mineiro merece.

Agora, às 11 horas, a Comissão de Educação irá a uma audiência com a Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães. Estaremos lá, juntamente com a comissão, com nosso companheiro Weliton Prado, companheiros de outros partidos, a Marília, todos com o mesmo espírito de contribuir para que esse problema criado agora, a Resolução nº 428, tenha solução. O sindicato também se posicionou e fez manifestação, mas dezenas de Diretores e professores nos procuraram nesta Casa, os da Oposição e os da Situação, para resolver o problema. Ontem, Deputados da base do Governo apresentaram instrução da própria Secretaria de Educação dando uma direção para que professores não habilitados não sejam colocados a lecionar, como estava acontecendo, quando, por exemplo, um professor de contabilidade estava sendo forçado a trabalhar com física, matéria com a qual não tinha nenhuma experiência.

Ontem deixei registrado que na secretaria existem técnicos da educação sérios e competentes, que conheço pela minha caminhada de 20 a 30 anos na educação, e que têm sensibilidade. Nosso papel é questionar o que está errado e contribuir, é uma questão propositiva. Fizemos vários contatos com pessoas, discutimos, e a Secretária Adjunta assinou, ontem, uma instrução em que essa questão específica será resolvida. Ontem à noite, estive com uma professora que estava sendo substituída por um P1 que não tinha habilitação, e ela tem curso superior. Disse a ela que houve essa interlocução.

Esse é o verdadeiro papel dos políticos. Não queremos a volta do neoliberalismo. O Lula tem dado grande demonstração de parceria com os Governos Estaduais que têm outro projeto, mas queremos que o norte, em nível nacional e estadual, seja do projeto em que acreditamos, que não é o neoliberal, mas o democrático-popular, que todos querem defender e em que querem votar para que haja uma mudança.

Quero registrar que hoje à noite teremos presente nesta Casa, no teatro, a Deputada Luci Choinacki, de Santa Catarina, do PT, que foi convidada por iniciativa do nosso mandato, mas essa atividade está sendo organizada por toda a bancada feminina desta Casa, suprapartidária. Quero cumprimentar e agradecer a todas as Deputadas desta Casa, de todos os partidos, porque, com esse espírito que tem conduzido o Governo Lula, também nós, da bancada feminina, estaremos juntas, lutando por um objetivo comum, que é a defesa da mulher, da dona de casa, que não teve salário durante toda a vida, tem mais de 60 anos e durante toda a sua vida educou seus filhos, atuou para que marido e filhos contribuíssem economicamente para o País. E hoje, com mais de 60 anos, numa família com uma renda de dois salários mínimos ou menos, tenha direito não só de receber recursos do marido, mas seus próprios recursos, para ter dignidade, o direito de fazer suas compras e sentir-se valorizada, ter sua auto-estima e não sentir que trabalhou e não foi valorizada.

Esperamos que a dona de casa tenha recursos através da economia solidária, da geração de renda, pagando, dentro de suas condições, para que, no futuro, possa receber da Previdência.

Não pudemos ir ao Sul, mas estivemos presentes por intermédio de nossa assessoria. Cumprimento os Deputados que lá estiveram. Ficamos felizes por ter um Ministro mineiro, Anderson Adauto, à frente das graves questões que envolvem o transporte. É fundamental que tenhamos melhores estradas, para poupar vidas que se perdem devido a sua má conservação. Necessitamos superar divergências, questionar princípios em que não acreditamos e apoiar aqueles que apontarem para o bem comum. Agradeço-lhe o aparte.

A Deputada Vanessa Lucas (em aparte)* - O nobre Deputado Rogério Correia, quando faz avaliação do Governo Lula, parece-me fazê-la de outro país. Enfrentamos o maior índice de taxa de desemprego já vista. O número de invasões dos sem-terra não tem precedentes; estão fazendo até invasões urbanas. E o tempo todo fala-se em Fome Zero, quando necessitamos de desemprego zero, porque só dessa forma as pessoas terão a verdadeira dignidade.

Quando você fala do nosso querido Governador Aécio Neves, digo-lhe que ele é uma referência nacional e que o Presidente precisa tê-lo ao seu lado. É por isso que o Governador é tratado com muito carinho, o que deixa muita gente com ciúmes. Ele demonstra ser uma liderança nacional, busca a união, é procurado pelo Presidente para apoiar as grandes reformas que estão sendo feitas.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Vanessa Lucas. Concordo em que a situação do Brasil não é confortável e o desemprego é muito grave, mas tudo isso é herança do Governo Fernando Henrique, que o Lula vem consertando, baixando taxas de juros, preparando o Brasil para o crescimento, controlando a inflação. O dólar baixou, assim como o risco-país. Foram ações do Governo preparando o Brasil para o crescimento econômico, sendo que, durante oito anos, o Governo Fernando Henrique apenas estragou o País.

Mas a Deputada pode ter certeza de que a política está no rumo certo. Há um reconhecimento quase generalizado do povo brasileiro e uma grande esperança de construção de um Brasil melhor por meio da política que o Presidente está implementando. Creio que vai dar certo, e o povo brasileiro acredita nisso.

É claro que o Lula deve fazer isso em parceria com os Governos dos Estados. E o Presidente respeita muito o Governador Aécio Neves, como todos nós. As diferenças políticas precisam ser consideradas, pois são modelos econômicos e ideológicos diferentes, mas, no Brasil de hoje, também precisam ser respeitadas. É isso o que o Governo Lula fala e faz. O que não é correto é o Governador Aécio Neves achar que pode, de Minas Gerais, coordenar as eleições; agora devem respeitar o novo Brasil que está sendo construído pelo Presidente Lula. Agradeço o aparte da Deputada Vanessa Lucas. Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Djalma Diniz, Gil Pereira, Adalclever Lopes, Laudelino Augusto e Sidinho do Ferrotaco, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta, Chico Simões. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e ouvir convidados para obter esclarecimentos sobre a interrupção das obras de duplicação da BR-265, no trecho compreendido entre a BR-381 e o Município de Lavras, atendendo-se a requerimento do Deputado Laudelino Augusto, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: fax dos Srs. Fabiano Ribeiro do Vale, Reitor da UFLA, e Carlos Alberto Pereira, Prefeito Municipal de Lavras. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 175/2003 (relator: Laudelino Augusto) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 225/2003 (relator: Deputado Sidinho do Ferrotaco) com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, sendo rejeitado o parecer do Projeto de Lei nº 712/2003 (relator: Deputado Sidinho do Ferrotaco), que conclui pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (novo relator: Deputado Adalclever Lopes). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 1.113, 1.115, 1.117 e 1.123/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputados Laudelino Augusto em que solicita reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para se conhecerem e discutirem projetos e alternativas para a contenção de enchentes que atigem a bacia do rio Sapucaí, no Sul de Minas. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre a matéria objeto da reunião. Registra-se a presença dos Srs. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Alexandre Silveira de Oliveira, Coordenador da 6ª UNIT do DNIT; Carlos Alberto Pereira, Prefeito Municipal de Lavras; Renato Salvador, Diretor-Presidente da Tratenge; Vereadores Luiz Antônio de Bastos Andrade, Marcos Possato e Maria Elizabeth Ciociola da Câmara Municipal de Lavras e o Sr. Francisco Ferreira Neto, Presidente do Diretório Municipal do PSL, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Laudelino, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2003.

Gil Pereira, Presidente - Sidinho do Ferrotaco - Adalclever Lopes.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 20/8/2003

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, Doutor Ronaldo, Fábio Avelar e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Roberto Messias Franco, Gerente Executivo do IBAMA-MG, publicado no "Diário do Legislativo" de 14/8/2003, e do Sr. José Fernando Coura, Presidente do SINDIEXTRA, em que tece considerações relativas ao Seminário Nacional - Barragens de Rejeitos: Segurança e Riscos, publicado no "Diário do Legislativo" de 14/8/2003. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 48/2003, no 1º turno, cuja relatoria avoca a si. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 147/2003, no 2º turno, que conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta (relator: Deputado Fábio Avelar); e nº 264/2003, no 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Ronaldo). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, para debater, em audiência pública, as alternativas para contenção de enchentes que atingem a Bacia do Rio Sapucaí; Fábio Avelar, seja realizada reunião, com os convidados que menciona, para averiguar possíveis irregularidades na instalação do depósito de lixo no Município de Juatuba. Em seguida, a Deputada Maria José Haueisen passa a Presidência ao Deputado Doutor Ronaldo e apresenta requerimento em que solicita seja enviado ofício ao Presidente da FEAM com vistas a que se apurem as condições ambientais da Indústria Santa Terezinha, de Contagem, que, segundo denúncia recebida nesta Comissão, teria direcionado todo o esgoto para nascentes e águas que abastecem o córrego Sarandi, tributário da lagoa da Pampulha. Reassumindo os trabalhos, a Presidência, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente - Laudelino Augusto - Márcio Passos.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 65ª reunião ordinária, em 26/8/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para prosseguimento do Ciclo de Debates Em Defesa dos Municípios.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Prosseguimento da votação do Requerimento nº 422/2003, do Deputado Gil Pereira, em que solicita informação ao Diretor-Geral do DER-MG sobre o andamento das obras da BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte a São Paulo, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do requerimento. Emendado em Plenário, voltou o requerimento à Mesa da Assembléia, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação do Requerimento nº 624/2003, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário de Defesa Social explicações concernentes às medidas tomadas para desativação da Delegacia de Furtos e Roubos, em Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 644/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Presidente do BDMG a listagem de todos os devedores, com os referidos valores, dos extintos BEMGE, CREDIREAL e MinasCaixa. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 671/2003, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente do IPSEMG informações referentes ao convênio firmado entre o Instituto e a Prefeitura de Joáima, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Mesa da Assembléia, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Sociedade de São Vicente de Paulo, no Município de Frutal, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 26/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 191/2003, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 917/2003, da Comissão de Direitos Humanos; 1.199/2003, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 26/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.139/2003, do Deputado Djalma Diniz; 1.140/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.157 a 1.159/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.173/2003, do Deputado Biel Rocha; 1.174/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.196/2003, do Deputado Paulo Cesar;

1.212/2003, do Deputado Roberto Carvalho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 15 horas do dia 26/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 15 horas do dia 26/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 637/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.191/2003, do Deputado Djalma Diniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 15h30min do dia 26/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 213/2003, do Deputado José Milton; Projeto de Resolução nº 684/2003, do Deputado Chico Simões.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.128/2003, da Comissão de Direitos Humanos; 1.131/2003, da Deputada Maria Olívia; 1.152 a 1.156/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.190/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.192/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 1.208/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 27/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.141/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.184/2003, do Deputado Célio Moreira.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e debater, com convidados, possíveis irregularidades na instalação do depósito de lixo no Município de Juatuba.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Comissão Especial da Expansão do Metrô , a realizar-se às 14h30min do dia 27/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados para debater a estadualização do metrô na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 27/8/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8h30min do dia 26/8/2003, destinada à abertura do Ciclo de Debates Em Defesa dos Municípios.

Palácio da Inconfidência, 25 de agosto de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 26/8/2003, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior e à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Requerimentos nºs 422/2003, do Deputado Gil Pereira, em que solicita informação ao Diretor-Geral do DER-MG sobre o andamento das obras da BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte a São Paulo, com as especificações que menciona; 624/2003, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário de Defesa Social explicações concernentes às medidas tomadas para desativação da Delegacia de Furtos e Roubos, em Belo Horizonte; 644/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando ao Presidente do BDMG a listagem de todos os devedores, com os referidos valores, dos extintos BEMGE, CREDIREAL e MinasCaixa; e 671/2003, do Deputado André Quintão, solicitando ao Presidente do IPSEMG informações referentes ao convênio firmado entre o Instituto e a Prefeitura de Joáima, com as especificações que menciona; e à apreciação dos Projetos de Lei nºs 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado; 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências; e 741/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Sociedade de São Vicente de Paulo, no Município de Frutal, o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de agosto de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Leonídio Bouças e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2003.

Irani Barbosa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Durval Ângelo, Leonardo Moreira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2003, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2003.

Jô Moraes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Dinis Pinheiro, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 8/2003.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

63ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/8/2003

O Deputado Irani Barbosa* - Pela manhã ocupei-me da discussão do projeto de lei do Deputado Leonardo Moreira visando autorizar a publicidade no encosto dos bancos das linhas de ônibus intermunicipais. Não havia tomado conhecimento, mas foi apresentada emenda ao projeto, aperfeiçoando-o e passando o recurso obtido por meio dessa publicidade ao tesouro do Estado. É a primeira medida que moraliza e busca recursos do sistema de transporte público para melhorar a situação do nosso Estado.

No entanto o que me traz a esta tribuna não é esse assunto, mas outro, mais grave. Minas Gerais possui uma empresa, considerada, até há alguns anos, modelo de fornecimento, de geração de energia e de atendimento aos consumidores do Estado. O Brasil deixou de ser comandado pela ditadura em 1984, e houve nova ordem de pensamento e um princípio avassalador de privatizações, que não rendeu nada para ninguém, apenas para meia dúzia de abastados. Então, a nossa companhia, modelo de geração de energia, de atendimento ao consumidor e de padrão de construção de estrutura energética, entrou para o rol das empresas que começaram a ser privatizadas.

Na época do Governo Eduardo Azeredo, o Vice-Governador, Walfrido dos Mares Guia, hoje Ministro do Turismo, começou a promover o maior desmonte dos recursos públicos de Minas Gerais, com a venda de 33% do patrimônio do Estado para a Southern, empresa americana de geração de energia elétrica, para melhorar a situação dos cofres públicos do Estado. Essa empresa buscou dinheiro no BNDES, comprou parte da CEMIG, não pagou o BNDES e só teve benefícios em Minas Gerais. Um deles, o mais grave talvez, foi a criação da subsidiária, a única da CEMIG, a INFOVIAS, que buscava a exploração, por meio de cabos de fibra ótica, de todo o sistema de ligação telefônica do Estado.

Isso foi criado ainda no Governo Eduardo Azeredo, e um fato chamou-nos a atenção: a Southern, sócia minoritária e estratégica da CEMIG, que, apesar de deter 33% das ações, mandava na empresa, entrou com 49%, assim como a CEMIG, e dois gaiatos desconhecidos entraram com 1%, cada um. E essa foi a única empresa que teve seu estatuto aprovado de acordo com as exigências da Constituição do Estado, ou seja, seu estatuto foi aprovado por esta Casa, embora já tivesse sido empresa espúria.

Quando se faz consórcio com o Estado, isso não deve ser considerado presente de compadre. Esse consórcio deve ser feito, obrigatoriamente, por meio de concorrência pública. O escolhido para entrar na exploração de qualquer concessão pública deve ser o que mais vantagens der ao Estado, cujo dono é o povo. Entretanto nada disso foi feito, e a Southern, que detinha na CEMIG apenas 33% das ações, ficou com 49%, mesma porcentagem do Estado.

Essa empresa foi criada com capital de pouco mais de R\$5.000,00, e, sem nenhum aporte por parte da Southern, o capital da INFOVIAS, hoje, ultrapassa os R\$200.000.000,00. Esse é um dos grandes absurdos praticados por um Governo cujas contas estamos prestes a apreciar, e o parecer desta Casa quanto à aprovação das contas do Governador Itamar Franco também é espúrio. A CEMIG, através de operação danosa, que trouxe gravíssimos prejuízos a Minas Gerais, comprou, por US\$33.000.000,00, a participação da Southern na INFOVIAS, empresa cujo sócio estratégico não tinha entrado com qualquer centavo.

A corrupção, porém, não parou de imperar por aí. Foram jogados fora US\$33.000.000,00 por empresa de picaretas das Ilhas Cayman, que desconhecemos se é americana ou se é testa-de-ferro daqueles grupos que só extorquem os recursos do nosso Estado. Antes de essa venda fraudulenta dos 49% por US\$33.000.000,00 ter sido feita, houve outra, de maior gravidade. Existia empresa de venda de tratores em Divinópolis cujo capital não chegava a R\$500.000,00 e que, de repente, virou uma empresa de telecomunicações, e seu capital foi para R\$3.000.000,00. Ela associou-se a duas ou três outras pequenas empresas dentro de Minas e, depois, 50% de suas ações foram compradas pela CEMIG, pela bagatela de R\$40.000.000,00, há cerca de três anos. Essa empresa faz parte da INFOVIAS, e já se fala em comprar os outros 50%, talvez, agora, por cerca de R\$150.000.000,00.

Sr. Presidente, essa empresa de venda de tratores, que passou a ser de telecomunicações, apresenta agravante, porque beneficiou grande órgão de imprensa em nosso Estado, porque R\$40.000.000,00 foram inseridos nessa sociedade espúria, que não produz nada, que se chamava Way Telecomunicações e que não valia absolutamente nada.

Agora, o restante dessa empresa está para ser comprado pela CEMIG, por R\$150.000.000,00. Na realidade, até agora, a INFOVIAS serviu apenas para assaltar os cofres públicos, com a conivência do Governo passado. Essa é a atitude que a Casa tomará com relação às contas do ex-Governador Itamar Franco?

Tratarei essa questão em capítulos durante os próximos dias. A CEMIG parece um ovo que ficou para um gambá tomar conta, pois sobrou apenas a casca. Foi espoliada. A cada dia contarei todo o processo, da maior gravidade, que aconteceu debaixo das barbas dos Deputados, de toda a sociedade, do Ministério Público e de todo o Judiciário. E a empresa continua sendo saqueada. A partir de amanhã, ocuparei a tribuna

para narrar os fatos, todos sem autorização da Assembléia Legislativa. Foram criadas mais de 12 empresas espúrias, com o dinheiro público e com os compadres de sempre, que se beneficiam do assalto ao Estado. Desejamos que o Governador Aécio Neves ponha um fim nessa empresa, que vem sacaneando os cofres do nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, venho à tribuna para comentar sobre a campanha lançada pelo Governo Federal que trata do Programa Fome Zero. Elaboramos um texto escrito, pois objetivamos citar alguns dados, elementos numéricos, quantitativos, não para questionar o Programa, mas para dizer que está um pouco aquém da nossa realidade e, por isso, precisa ser ampliado, a fim de que, de fato, a questão da fome e da miséria seja resolvida no País.

Com o programa de combate à fome lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, corremos o risco de ver relegada a segundo plano a verdadeira fonte geradora da desnutrição de milhões de brasileiros, que é o atraso. Não que a questão imediata do Fome Zero deixe de ser priorizada pelo Governo Federal. Dar alimento aos miseráveis, aos quais falta o pão de cada dia, deve ser um esforço nacional permanente, tanto do poder público como da sociedade e de cada um de nós. Mas, geralmente, quem não dispõe do mínimo para se alimentar, e o Presidente diz serem necessárias três refeições diárias, tampouco dispõe de moradia, de alfabetização, de higiene, de vestuário, de saúde e de trabalho. Em outras palavras, carece de mínimas perspectivas para si e para seus filhos.

O Prof. Luiz Paulo Rouanet, da PUC de Campinas, em recente trabalho sobre a miséria, cita pesquisa nacional feita por amostragem de domicílios que revelou que, em 1998, o percentual de indigentes no Brasil era de 13,9%, e o de pobres correspondia a 32,7% da população. Em números absolutos, são 21.400.000 de indigentes e 50.100.000 de pobres!

Por outro lado, conclui o professor, "o Brasil, apesar de registrar enorme contingente de sua população abaixo da linha de pobreza, não pode ser considerado um país pobre, já que a origem de sua pobreza reside não na escassez de recursos, devendo ser investigada em outra esfera".

Mais adiante, no seu instigante trabalho, o Prof. Rouanet constata que "o diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza é o de que o Brasil, nos primórdios do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual para muitos pobres. A desigualdade está na origem da pobreza, e combatê-la mostra-se um imperativo".

São pessoas que vivem mergulhadas no atraso, desconhecendo as possibilidades que lhes poderiam ser oferecidas e que elas poderiam legitimamente exigir. Ora, combater a desigualdade é permitir aos cidadãos o acesso ao conhecimento, sem o qual não há liberdade para o ser humano nem motivação por parte dele para romper o ciclo de ignorância que se instalou, de modo crônico, em enormes bolsões de miséria nas favelas de nossas metrópoles e nos grotões do nosso imenso interior. O ignorante será sempre vítima de um mercado cruel e selvagem, em que a competição o relegará à exclusão, condenando-o à humilhante condição de objeto dos programas assistencialistas, sejam oficiais, sejam privados.

O fato é que a fome decorre da ignorância, da falta de conhecimento. E como satisfazer a fome do conhecimento? Com educação. Investir na educação todas as energias e potencialidades nacionais é o principal, senão o único, caminho para vencer a miséria e a desnutrição. O conhecimento adquirido pelo ser humano, por meio do processo educacional implantado pelas diversas sociedades, é a vara de condão que permitirá a esse cidadão encontrar-se, inserir-se no meio social, saber o que é bom para si e para os outros, definir o papel a ser desempenhado por ele na sociedade, decidir o que fazer, como fazer, porque fazer e em qual direção orientar seus feitos. Participar conscientemente da vida social, ou seja, tornar-se cidadão.

E o grau de exercício da cidadania por parte de cada um de nós é fruto, em grande parte, do processo educacional a que fomos submetidos, bem como dos respectivos instrumentos de aperfeiçoamento colocados à nossa disposição.

Somos um país de famintos, infelizmente. Pior que isso, somos um país onde a ignorância impera em larga escala, reduzindo sempre a nossa capacidade de reação, minando as nossas possibilidades e corroendo as nossas potencialidades.

Nosso quadro social é preocupante. A renda nacional "per capita" é de U\$2.600,00, enquanto a expectativa de vida é de 68 anos, situando-se ambos os índices abaixo da média latino-americana. O índice de desnutrição infantil, de crianças com peso abaixo do normal, é de 6%, igual ao da Argélia, enquanto o percentual de alunos que completam o curso básico é de 71%, praticamente igual ao de Bangladesh.

A mortalidade infantil atinge 36 de cada mil crianças antes dos cinco anos, índice superior ao do Líbano, país mergulhado em guerra civil há mais de uma década. Os dados divulgados pelo Banco Mundial, contidos nos indicadores de desenvolvimento mundial, revelam o tamanho do problema: os 10% mais pobres no Brasil ficam com apenas 2% da renda nacional. Dos países pesquisados, só quatro têm situação pior, a Colômbia, a África do Sul, o Lesoto e a Namíbia. Outros quatro se igualam a nós: Serra Leoa, Honduras, Paraguai e República Centro-Africana.

No plano econômico, no "ranking" do PIB mundial, o Brasil deixou de ser a 10ª economia e caiu para a 14ª posição. Estamos agora atrás também do México, da Índia, da Coreia do Sul e da Austrália. Perdemos para o México a liderança entre as maiores economias da América Latina.

O acelerado processo de urbanização brasileiro levou 82% da população para as cidades, um índice dos mais elevados em todo o mundo, mais do dobro do que tínhamos há 50 anos. Contrastando com o inchaço das nossas cidades e os enormes e complexos problemas daí originados, convivemos com enormes vazios demográficos de um país com extensão territorial continental.

Como enfrentar problemas gigantescos, que historicamente atormentam a vida do brasileiro, se não por meio do esforço educacional, não menos hercúleo? Precisamos investir no conhecimento, no saber, nas pesquisas, na difusão cultural, nas escolas e nas universidades. E capacitar o brasileiro, dotá-lo de condições intelectuais para lidar com os desafios do mundo globalizado, cada vez mais injusto, que exige sempre mais competição e conhecimento. Condicionar o brasileiro para resistir a tudo isso, com inteligência, identificando alternativas e buscando na sua reconhecida criatividade soluções que melhorem tal estado de coisas.

E por que urge ação fulminante para desencadear esse trabalho de recuperação do processo educacional brasileiro? Porque também o nosso quadro educacional apresenta-se lastimável.

Segundo dados do Banco Mundial, tendo como base o ano de 2000, a média dos investimentos em educação nos países ricos foi 28 vezes maior que a registrada nos países em desenvolvimento ou emergentes. Na América Latina, o gasto por estudante do ensino fundamental ficou em US\$403,00. Nos Estados Unidos, a média foi de US\$5.093,00. Confirmando os poucos recursos investidos na educação dos brasileiros, o MEC divulgou, no mês passado, a pesquisa realizada com dados de 2001, intitulada "Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes". A frase proferida pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque, resume tudo: "O quadro é dramático, e o governo precisa superar isso". Segundo a pesquisa, na educação básica 30% dos estudantes da 4ª série e 48% dos da 8ª série, bem como o mesmo percentual

no 3º ano de ensino médio, estão no chamado nível "muito crítico". No caso do programa de Língua Portuguesa, isso significa, por exemplo, que os alunos da 4ª série não foram alfabetizados adequadamente e, quando lêem, fazem-no de forma truncada. No Nordeste, 33,42% dos estudantes estão em estágio muito crítico e 41,75% em crítico.

A situação do professorado tampouco é mais brilhante. A pesquisa "Retrato da Escola 3", da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, revela o alto preço que o Brasil pagará pela ausência de incentivo à carreira do magistério, com reflexos diretos na qualidade do ensino. Os números da pesquisa são reveladores. Dos 2.500.000 de educadores do ensino fundamental e médio, mais da metade (53,1%) tem entre 40 e 59 anos de idade. A maioria exerce a função há 15 anos em média e se aposentará ao longo da década. Nada menos que 48,3% não dispõem de computadores, quase 60% não cultivam o hábito de leitura e 31,6% não vão ao teatro ou cinema.

No outro extremo, cresce o desinteresse pela profissão de educador. O aumento da idade dos mestres é sintomático. Os mais jovens abandonam a sala de aula ou buscam outro trabalho. Alunos de Matemática, Letras, História e Geografia não pretendem lecionar: pensam em qualificar-se para outra carreira mediante concurso público ou seleção na iniciativa privada. Já começa a escassear no mercado a oferta de professores de Matemática, Física e Química. Daqui a dez anos, mais da metade dos atuais professores estará aposentada. O sucateamento da carreira do professor brasileiro - com baixos salários, condições precárias de trabalho e nenhuma motivação - prenuncia catástrofe não muito distante.

Desde a década de 70, o Brasil vem investindo na massificação do ensino, dando enorme prevalência à rede física. Multiplicaram-se as escolas, promovendo, assim, a universalização do acesso escolar, o que foi meritório. Mas à medida que milhões de alunos ingressaram nas escolas, o quadro de educadores tornou-se insuficiente, partindo-se para as improvisações. Devido à baixa qualidade do ensino, não se praticou a universalização do conhecimento. Com o tempo, frequentar a escola deixou de ser necessariamente sinônimo de aprendizado.

Num mundo globalizado, em que a comunicação rápida e abrangente é o principal fator de transmissão de conhecimentos, um aspecto importante evidencia a situação delicada em que se encontram os estudantes brasileiros. Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas - denominada mapa da exclusão digital - revelou que apenas 15% dos brasileiros dispõem de computadores para trabalho e comunicação. A pesquisa revela também que o desempenho dos alunos com acesso a computadores é melhor. No entanto, somente 23% das escolas do ensino básico têm computadores, e 5,9% das instituições escolares do ensino médio o possuem. É uma taxa sofrível. Além do mais, segundo estudos coordenados pela ONU, a presença do computador é também indicador de qualidade de vida.

Diante dos dados expostos, conclamamos todos a empenhar a bandeira da luta contra a ignorância. O Presidente Lula, como principal ator, precisa incorporar tal papel e ampliar o Fome Zero para o "Ignorância Zero". A fome é o mais grave sintoma da doença dos ignorantes, dos excluídos da educação e do saber, dos abandonados do conhecimento.

O Fome Zero precisa ser urgentemente deslocado para as escolas. Se a cesta básica é o paliativo, a escola é o remédio. Juntas curarão as enfermidades da fome e da miséria, inserindo na sociedade não apenas seres humanos sem fome, mas cidadãos conscientes do seu valor e do que podem realmente representar.

Em recente artigo veiculado pela imprensa mineira, o Presidente da Academia de Letras, Murilo Badaró, foi direto na constatação do problema. Para ele, a educação pode ser qualificada de verdadeira tragédia nacional, de dimensões catastróficas. Referia-se aos números apresentados pela UNESCO e pela OCDE. Também estarrecido, o cartunista Ziraldo referiu-se ao resultado da avaliação do PISA, projeto europeu ligado à UNESCO, que pretende avaliar o aproveitamento escolar em vários países. Dos 30 países avaliados, o Brasil ficou em último lugar. Escreveu Ziraldo: "Nossas crianças avaliadas não são capazes de entender o que lêem nem de se expressar corretamente pela escrita".

A crise da educação brasileira caminha lado a lado com as incipientes políticas públicas destinadas às nossas universidades. Não há como debater a questão do desenvolvimento nacional - o conhecimento para promovê-lo -, deixando de lado a discussão do ensino superior. As universidades, os centros universitários, as faculdades e as instituições de ensino superior devem ser a grande alavanca para o crescimento da Nação. Não há nação desenvolvida que não tenha como base da sua evolução o eficiente processo educacional, ditado e promovido por suas universidades, que concentram discussões, debates e pesquisas, além de fornecer alternativas por meio do conhecimento ali originado e auferido.

Escrevendo sobre "Universidades e Mazelas do Brasil", o Prof. Evaldo Ferreira Vilela, Reitor da Universidade Federal de Viçosa, defende o engajamento das universidades num plano nacional estratégico de desenvolvimento econômico e social. Já a Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola, ressalta: "O projeto de nação que desejamos e defendemos, capaz de estender à totalidade da sociedade os benefícios que o desenvolvimento econômico, social, político e cultural propicia, não se concretizará sem a contribuição decisiva que cabe esperar da universidade (...). A universidade e o valor associado ao seu surgimento histórico são apostas constantes no conhecimento como o melhor dos instrumentos para a construção de um humanismo corajoso e libertário".

As universidades devem ser os centros de saber e de acesso ao conhecimento modificador, evolucionista e propulsor das sociedades. Eis aí o cerne da questão, pois, historicamente, o Brasil jamais deu a devida importância a essa realidade. Ainda no período colonial, tivemos a nefasta política da metrópole portuguesa, que proibia a disseminação de universidades e escolas, temendo o impacto revolucionário e irresistível que "as luzes do saber" pudessem provocar. O período imperial não foi diferente, embora por motivações outras. O fato é que o País só viu nascer sua primeira universidade na segunda década da República Velha, em 1927, quando o Presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, criou a Universidade de Minas Gerais, hoje a UFMG. A experiência vivida pelo Rio de Janeiro em 1922, quando da visita do Rei Alberto, da Bélgica, não passou de acontecimento protocolar e burocrático. Porquanto, a universidade instalada àquela época só entrou em funcionamento anos mais tarde. Enquanto isso, na Europa, as Universidades existiam há séculos, tendo surgido ao mesmo tempo que os Estados nacionais. Países tão novos como o Brasil - os Estados Unidos, por exemplo - criaram suas primeiras universidades há mais de 200 anos.

O grave é que os erros do passado persistem. Hoje, o Brasil de 175 milhões de habitantes oferece cerca de 1.200.000 vagas no ensino superior a 4 milhões de jovens que se dispõem a disputá-las, enquanto outros 20 milhões, em idade para ingressar nas Universidades, sequer têm ânimo ou condições educacionais ou financeiras para fazê-lo. Por outro lado, apenas 33% dos professores universitários têm cursos de mestrado, e só 21% têm doutorado.

Um grande projeto nacional precisa ser engendrado, urgentemente, para possibilitar acesso ao conhecimento aos nossos jovens e para que os professores possam cada vez mais alcançar melhores níveis de formação. Uma revolução educacional a partir das universidades brasileiras será a redenção nacional, com o fortalecimento do eixo ensino-pesquisa.

Algumas providências básicas poderiam contribuir para a adaptação do Programa Fome Zero, lançado pelo Presidente da República, com alcance mais duradouro e resultados mais qualificados: deslocar o Programa para as escolas, difundindo a imperiosa necessidade do conhecimento e da educação; rediscutir o papel das escolas brasileiras, que, além de promoverem o ensino, devem conferir maior abrangência à sua missão de formar cidadãos com consciência crítica; valorizar os magistérios fundamental, médio e superior, com programas nacionais para a recuperação salarial da categoria, melhores condições de trabalho, formação e capacitação; informatizar escolas e programas para que pessoas de baixa renda tenham acesso a computadores; conferir às universidades o papel de grandes indutoras do processo de difusão do conhecimento, possibilitando o aproveitamento da produção universitária no meio educacional básico e médio; fortalecer a autonomia

universitária; apoiar as pesquisas universitárias; democratizar o acesso ao ensino superior com a difusão de novos cursos e mais vagas.

O conhecimento, a educação e o saber são palavras-chave que significam o caminho que o Brasil precisa seguir. O Brasil carece de uma revolução educacional com a difusão do conhecimento: com pessoas bem informadas, bem-educadas, verdadeiros cidadãos, será mais fácil combater a fome e os males sociais dela decorrentes; alterar a agenda política de maneira consistente; escolher melhor os representantes do povo; mudar a qualidade dos governos; impulsionar a economia e o progresso e construir o País que queremos para nós, nossos filhos, netos e gerações futuras - eis o objetivo maior a alcançar.

Sem dúvida, será tarefa árdua e longa. A evolução do processo educacional é lenta, e sua avaliação é complexa. Entretanto, o primeiro passo precisa ser dado com energia e determinação, afastando propostas simplistas e demagógicas que costumam permear os debates mais profundos e complexos. O alerta do cientista político José Luiz Fiori é muito pertinente à questão. Para ele, "é muito difícil desfazer-se da fantasia dos modelos e das soluções rápidas e indiscutíveis ou conviver com um processo onde não se distinguem com clareza as etapas nem se vê no horizonte próximo um final glorioso".

Não há solução mágica para problemas tão graves. O que deve prevalecer é a consciência de que o problema existe, de que há caminhos e opções para superá-lo e de que o fim das profundas desigualdades sociais passa necessariamente pela produção e difusão do conhecimento. Só assim é que cada brasileiro, consciente de si e do mundo que o cerca, será o principal agente da mudança e transformação que almejamos para o Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, abordarei três assuntos ligados ao Governo do Estado. O primeiro consiste na análise, ainda superficial, do projeto de parceria público-privada, enviado pelo Governador do Estado. Essa discussão já acontece no Brasil há muito tempo. Manifestarei minha opinião e farei algumas denúncias relativas à apresentação desse projeto nesta Assembléia.

Tenho certeza de que V. Exa. compreenderá a gravidade da situação. Terça-feira, em Brasília, surpreendi-me com minuta existente no Ministério do Planejamento igual ao projeto apresentado pelo Governador de Minas. Cobrarei explicações e satisfação do Governo Aécio Neves, porque - na minha opinião - há o problema da falta de ética de componentes do Governo do Estado.

O segundo são os vetos opostos pelo Governador aos projetos de reforma administrativa referentes a Diretores de Escola e detentores de função pública. Por causa desses dois vetos, recebemos a visita destes.

Pensei que houvesse acordo para aprovar a reforma na totalidade e esperava sanção do Governador.

Há inúmeras reclamações contra a aplicação de duas resoluções na área da educação. Sem aptidão, professores da 1ª à 4ª séries são obrigados a lecionar determinadas matérias, já que estavam em desvio de função. Gostaria de externar a estranheza do Bloco PT-PCdoB em relação às três ações do Governo Aécio Neves. Antes, porém, cumprimento o Deputado Antônio Carlos Andrada pela análise das demandas e deficiências da educação brasileira. Arriscou alguns prognósticos, mas, nos oito anos de governo, Fernando Henrique não os cumpriu. A educação necessita de cuidados, e o Brasil, de analfabetismo zero. Por isso, o Programa Fome Zero supõe analfabetismo zero. Muito se fala do Programa, mas pouco se estuda. Fome Zero é o cartão de visita, pois quem passa fome não tem dignidade, e não podemos fechar os olhos para essas pessoas. O Programa apresenta característica humanitária e compreende a alteração da realidade para que se possa garantir três refeições ao dia. O Programa é mais que isso. Pressupõe sede zero no semi-árido, combatendo-se os efeitos da seca. O analfabetismo zero ou a melhoria do sistema educacional brasileiro também está no Programa. O Brasil precisa de revolução educacional. O Governo, reconhecendo o quadro, propõe soluções. No Fome Zero, existe analfabetismo zero. A família que apresentar o cartão de visita do Fome Zero terá acesso à alfabetização. Alfabetizada, recuperará a dignidade. Assim, terá completa saúde e acesso ao SUS. Guaíba foi a primeira cidade atendida pelo Programa Fome Zero. Os dados desta cidade, da população local são completamente diferentes dos encontrados no início desse Programa. Hoje, essa população tem acesso à educação, pois não há mais crianças fora da escola. As crianças e os cidadãos têm acesso à saúde, ao SUS, além, evidentemente, da alimentação, que foi o cartão de entrada para o Programa. O Fome Zero é o choque contrário ao choque neoliberal, que sofremos durante oito anos e que esvaziou o Estado de suas funções. Quer dizer, é o Estado presente nas populações mais carentes. Essa é exatamente a intenção do Programa.

Quando se fala em Fome Zero, fala-se em educação, saúde, saneamento básico. Quer dizer, é o Estado intervindo em políticas públicas para os setores que mais necessitam. Portanto, é o oposto do projeto neoliberal em curso no País há oito anos e que o levou a este quadro. O Deputado Antônio Carlos Andrada, de maneira correta e hábil, apresentou o quadro do sistema educacional brasileiro, que se resolverá somente com a intervenção do Estado. Não se pode resolvê-lo simplesmente deixando o mercado com livre-arbítrio para realizar intervenção da maneira como quiser. Isso não quer dizer que não precisamos do mercado. O Presidente Lula tem falado sobre a parceria entre o setor público e o privado. Não podemos deixar ao sabor do mercado a orientação das intervenções necessárias à sociedade brasileira, porque o mercado faz isso por lucro. O Estado realiza a partir das necessidades sociais. Essa é a diferença.

Portanto, para melhorar o sistema educacional brasileiro, é necessário que o Estado faça intervenção. Isso está no programa do Governo Lula. Durante o ano que vem, iniciaremos a substituição do FUNDEF, que atinge da 1ª à 8ª séries (crianças entre 7 e 14 anos). O FUNDEF será substituído pelo FUNDEB, que abarcará da educação infantil até o ensino médio (crianças de 6 anos até jovens de 17 anos). Logo, o Estado será responsável por mais 4 anos, assumindo as crianças de 6 anos e os adolescentes do ensino médio, de 14 a 17 anos. Só se melhora o sistema educacional brasileiro com o Estado intervindo e dirigindo os parcos recursos. Se deixarmos ao bel-prazer do Pitágoras, das universidades e faculdades particulares, somente resolverão o seu problema de lucro, fornecerão cursos que sejam lucrativos, mas não terão consciência para solucionar os problemas educacionais.

Em todos os setores, inclusive na saúde, acontece dessa maneira. É preciso que o Estado, e não, o mercado, dirija as necessidades do povo brasileiro. Se o mercado resolvesse tudo, não teria ocorrido o apagão no Brasil. Aliás, ele não resolve esse problema porque prefere outro tipo de mecanismo. Quer dizer, prefere construir margem de lucro a fazer as linhas de transmissão do Norte e do Sul para o Nordeste e o Sudeste, porque não dá tanto lucro.

Hoje, o modelo energético brasileiro, da Ministra Dilma Rousseff, faz o contrário, ou seja, prioriza os canais de transmissão da energia que sobra no Norte e no Sul para o Nordeste e o Sudeste, onde ela falta, para que não corramos o risco de apagão e recuperemos o desenvolvimento brasileiro necessário.

Apresentei essas questões porque o Deputado Antônio Carlos Andrada promoveu análise mais rigorosa do que foi a intervenção do Estado no Governo neoliberal de Fernando Henrique, e, hoje, vemos a construção do novo Brasil que o Presidente Lula apregoa, informa e realiza, com sucesso, alimentando as perspectivas de esperança do povo brasileiro. Não é à toa que o Presidente Lula continua com um alto grau de popularidade, que aliás vem aumentando. Ontem o Deputado Laudelino nos falava da ida de Lula ao Sul de Minas e do carinho com que a população recebeu o Presidente, reconhecendo o esforço que o Governo brasileiro faz em favor da recuperação do nosso País, mesmo com todo o grau de dificuldade e com a herança maldita do Governo Fernando Henrique, recitada aqui pelo próprio Deputado Antônio Carlos Andrada, sobre a qual começamos a atuar sem chorar sobre o leite derramado, construindo um Brasil melhor.

Mas é preciso que Minas Gerais também colabore. Não há condições de falarmos numa educação melhor se ao mesmo tempo o Governo do

Estado adota resoluções na área de educação que colocam Minas Gerais numa situação extremamente delicada. Concedo aparte à Deputada Maria Tereza Lara, que compreende isso melhor do que eu, pois tem estudado, em nome da bancada, as resoluções malignas que o Governo Aécio Neves vem aplicando nas escolas estaduais. Pois não, Deputada.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Caro companheiro, Deputado Rogério Correia, Líder do nosso bloco, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pelas considerações. Antes de falar sobre a questão da Resolução nº 428, do Estado de Minas, quero reforçar a questão do Fome Zero e da sede zero. O Frei Betto escreveu uma crônica no "Estado de Minas", muito interessante, sobre as primeiras cidades do Brasil, no Norte e Nordeste, que tiveram não apenas Fome Zero, mas também sede zero. Em localidades onde as donas de casa saíam à 1 hora da manhã para buscar água, carregando água na cabeça durante 8 horas para beber e fazer sua alimentação, antes de chegar o saneamento e a água, foi construído um chafariz no centro da cidade. É realmente emocionante, uma prova de como esse Fome Zero é uma porta aberta para se criarem situações de dignidade de vida.

Outra questão importantíssima é a da Secretaria Extraordinária de Alfabetização, também criada neste Governo, com a estimativa de erradicar o analfabetismo em quatro anos, por meio de convênios com o FNDE, Prefeituras e outras entidades. São 20 milhões de brasileiros analfabetos. O FNDE está liberando R\$15,00 "per capita" por mês para que as entidades e os órgãos públicos possam alfabetizar jovens e adultos neste País. É o analfabetismo zero que já está em funcionamento. Quando chegarmos à faixa de 1 milhão de turmas, que já estão inscritas nos projetos, poderemos festejar um grande primeiro passo. Não temos condições de fazer Fome Zero se não tivermos analfabetismo zero neste País. Além disso, estão sendo discutidos critérios para ingresso nas universidades públicas, que são um direito de todos. Enquanto houver tantos jovens excluídos, sem a mínima condição de ingressar numa universidade, teremos que ter cotas para jovens que estudam em escolas públicas e que não têm recursos para pagar um cursinho ou se preparar para ingressar numa universidade. Temos que passar por um processo de transição até que todos os jovens de qualquer classe social possam ter universidade pública neste País. Essa também é uma preocupação deste nosso Governo. Em meio a todas essas questões, estamos aqui em Minas Gerais com esses dois vetos. Temos sido procurados por vários Diretores de Escola, de todos os partidos e mesmo sem partido, dizendo que houve um acordo entre eles, esta Casa, os partidos de situação e oposição e o Governo Estadual para que realmente o apostilamento, como foi colocado na lei, pudesse preservar aqueles que já estão no segundo mandato. Além disso, há a questão da função pública. Não é simplesmente uma questão de direito de veto, mas se trata de um assunto que foi acordado. Ora, acordo político é de extrema importância, porque, se os governantes não tiverem compromisso com a sua fala, com a verdade, perder-se-á a credibilidade.

Companheiro Rogério Correia e demais companheiros do bloco, não podemos aceitar o veto a um ponto sobre o qual discutimos e acordamos. Ficamos um mês inteiro fazendo amplos debates sobre essa matéria, ocasião em que recebemos várias vezes os sindicatos e os nossos colegas. Queremos aprofundar ainda mais a discussão sobre esse tema, principalmente quando ouvirmos os companheiros nas comissões que vão discutir os vetos. Queremos fazer valer a justiça, e não só a palavra da Oposição, mas também a da Situação. A Casa, em ação conjunta, precisa se mobilizar para fazer valer os acordos feitos com nossos companheiros, com os servidores e com a nossa categoria, sobretudo com a área da educação.

Com relação à Resolução nº 428, enquanto fazemos essas considerações e temos as nossas preocupações com o FUNDEB, em nível nacional, e com a erradicação do analfabetismo em Minas Gerais, temos essa resolução, que, em seu art. 1º, diz que o seu objetivo é diminuir o número de designados sem considerar o momento que estamos vivendo, já em meados do segundo semestre. O problema sério é que isso acontece sem discussão com a categoria e os Diretores.

Nós, Deputados da Oposição e da Situação, fomos procurados para resolver esse problema. Telefonei para a Secretaria da Educação para solicitar informações. Já fui Diretora e não quero fazer oposição irresponsável. Quero informações verdadeiras até para defender o Governo, quando se tratar de ação positiva. Quando o Governo estava implementando os nove anos para o ensino fundamental, estive no Palácio da Liberdade. Queremos fazer oposição responsável e qualificada.

Quando for para aplaudir o Governo Estadual, faremos isso, porque tem havido interlocução entre as partes interessadas. Temos que contribuir para que haja no Estado qualidade de vida. Temos recebido centenas de reclamações de colegas, o que caracteriza que não se trata apenas de posição do Sindicato.

Diretores de escolas e professoras têm nos procurado para dizer que a Resolução nº 428, que se reporta à Resolução nº 350, está inviabilizando o funcionamento da escola. Esta resolução diz que não se pode fazer substituição em cargo administrativo. Por exemplo, uma serviçal, substituta de um Agente de Serviços Gerais que está de licença por motivo de saúde, quando a licença é prorrogada, não pode ter o contrato prorrogado. O serviço fica acumulado.

Na Secretaria da Educação, fui Diretora de Escola na época em que o Governador era Newton Cardoso, na qual vivemos situação semelhante e gravíssima. Ficava de manhã, de tarde e de noite na escola, porque, às 18 horas, já não havia Agente de Serviços Gerais, serviçal ou Auxiliar de Secretaria. Só professor. Então, se quisesse que a professora não ficasse sozinha na escola, tinha que ficar das 7 às 22 horas.

A Secretaria informou que está havendo interpretação dúbia da resolução. A Comissão de Educação desta Casa pediu realização de audiência, amanhã. Queremos acreditar e pedir a revogação dessa resolução. Ou, se não está sendo bem interpretada, que haja discussão com os Diretores e as superintendências, para que seja efetivamente esclarecida. No nosso entendimento, o que está escrito é exatamente o que acabamos de dizer, além de outros problemas sérios.

O professor excedente poderá receber autorização para trabalhar em qualquer disciplina, que, muitas vezes, não tem relação com ele. Um professor de Contabilidade disse-nos que lhe pediram para dar aula de Física e que não entendia nada dessa matéria.

Cada escola, cada Diretor está interpretando essa resolução do jeito que bem entende. Onde está a orientação da superintendência? Onde está também a necessidade de se fazer a construção com a participação dos Diretores, do sindicato, dos professores?

Sabemos que, conforme o companheiro Chico Simões, que já foi Prefeito, nos disse, algumas ações administrativas devem ser feitas. De 1976 a 1981, fui Secretária da Educação e sei que há momentos em que se deve discutir a evasão escolar e o quadro das escolas. Sabemos, como sabem o nosso companheiro Chico Simões, a Deputada Marília Campos, que está acompanhando também a questão, nossos companheiros de outras áreas e o nosso Líder, que há momentos em que se devem tomar atitudes "amargas", entre aspas, ou seja, necessárias para que se possa adequar a situação administrativa à pedagógica, mas nunca sem a participação dos verdadeiros condutores do processo, no caso, os Diretores. Se forem convocados e com eles for tomada decisão coletiva, com certeza, poderão ser atendidas as condições administrativas necessárias, sem perder de vista a qualidade de ensino e a política pedagógica.

É isso que queremos registrar, com todo o respeito à Secretaria da Educação e a algumas assessorias da minha época. Como fui Secretária, conheço alguns assessores. Na Secretaria, há profissionais de carreira, competentes. Mas temos de apelar aos setores de planejamento e financeiro do Governo do Estado, para que, por favor, ouçam essas lideranças, que são de carreira e, realmente, entendem do assunto, por terem experiência, para que sejam tomadas as medidas justas e necessárias.

Nós, professores - sou professora aposentada, trabalhei 25 anos em escola pública -, muitas e muitas vezes carregamos a educação deste

Estado e deste País. Se dependesse dos salários, as escolas seriam muito piores. (- Palmas.)

Temos de somar esforços, o que constitui papel do nosso Bloco e desta Casa. Quero conclamar a todos para que seja posição desta Assembléa o respeito à educação, à qualidade do ensino, ao Estado de Minas Gerais. Somar com a Secretaria da Educação, e não ser contra ela. Se tivesse de bajular, seria contra, pois não estaria valorizando a educação. Portanto, quero somar com a Secretaria da Educação, os professores, supervisores e Diretores. Em respeito a eles, tenho de falar essa verdade, para que, realmente, Minas tenha a qualidade de ensino que merece. Além disso, somar com o Governo Lula, pois há interlocução com os Governos dos Estados. O Presidente Lula tem sido aberto, não excluindo nenhum partido da administração pública federal, pois sabe que a situação do País só avançará se houver cooperação e parceria. E, para que haja parceria, temos de ser sinceros, elogiar o que for positivo, participar e estar presente. Além disso, questionar, para contribuir e solucionar os graves problemas que temos, como educação e segurança.

Antes de encerrar, gostaria de mudar de assunto, aproveitando esta oportunidade, para registrar - o que não foi possível fazê-lo antes - o pesar por termos perdido o Embaixador Sérgio Vieira de Mello, homem que deu sua vida, seu sangue e seu trabalho pela construção da paz.

Falar as verdades e respeitá-las é construir a paz. Quando elogiamos as ações positivas do Governo, mesmo sendo Oposição, e questionamos o que deve ser mudado, também estamos construindo a paz.

Queremos fazer uma grande homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que deu sua vida pela paz. Desejamos que seu sangue possa gerar sementes de paz no nosso Estado, no País e no mundo, para a construção da sociedade com que sonhamos, com justiça social, direitos respeitados e vida digna.

Agradeço ao Deputado Rogério Correia. Esperamos continuar juntos essa luta, pois esse é o nosso compromisso e o objetivo para o qual o povo nos elegeru.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, por suas palavras, com as quais concordo plenamente.

Quero também fazer uma homenagem a nosso Embaixador Sérgio Vieira de Mello, assassinado no Iraque. Apesar de todo nosso pesar por sua morte, é necessário registrar que, não fosse a atuação bélica do Governo Bush, isso não teria acontecido. Agora tentam culpar os iraquianos, mas há que se fazer uma reflexão mais profunda a respeito do fato.

O Governo Bush invadiu o Iraque em nome de uma suposta busca por armas químicas, biológicas e até atômicas, mas nada encontrou para justificar sua ação. Agora, como resposta à invasão do imperialismo americano, infelizmente a ONU sofreu um atentado, apesar de, ironicamente, ter ficado contrária a essa invasão.

É preciso colocar os pingos nos "is", o dedo na ferida. Isso não teria acontecido se o Governo Bush não tivesse tentado submeter o povo iraquiano, como vem fazendo. Esse povo está resistindo. Não se pode dizer que estão fazendo atos de terrorismo, porque são atos de resistência. Há uma diferença grande.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Algumas interrogações estão surgindo no caso desse atentado. Por que o povo iraquiano teria interesse de atacar exatamente a ONU, se ela ficou contrária à invasão dos Estados Unidos? Por que a ONU? Poderia ter sido um quartel ou mesmo os soldados, como tem acontecido. Poderia ter sido qualquer coisa americana ou inglesa, mas não a ONU.

Por que atingir exatamente o Embaixador, que tem o respeito e o respaldo de toda a comunidade mundial? Exatamente ele estava contrário à posição do Presidente Bush e fez-lhe críticas, sendo colocado no cargo com a negativa dele. Há muitas coincidências.

Já se falava na sucessão de Kofi Annan, e Sérgio Vieira de Mello era um candidato com probabilidades de vencer. Vejam que exatamente ele foi a vítima principal desse ato de violência - havia apenas um segurança no local.

A situação está muito mal explicada, e uma série de interrogações vem à nossa mente. O Governo brasileiro deveria buscar, junto aos organismos internacionais, respostas para esse fato. Há muitas coincidências e dúvidas. Não seria o momento de encontrar um mártir para jogar a comunidade mundial contra o Iraque, exatamente na figura do nosso Embaixador? Acredito que esse ataque exige de todos os brasileiros uma interrogação, inclusive do Governo, que deveria buscar, por meio dos organismos competentes e de ação diplomática, essas explicações. Esse episódio, da forma como aconteceu, com quem aconteceu e onde aconteceu, é muito suspeito. Não acreditaremos apenas nas coincidências. Lamentamos profundamente a perda de um brasileiro que nos honrava e que era respeitado no mundo inteiro pelo seu trabalho, desde o Timor Leste até os outros lugares por onde passou, levando o nome do Brasil como aquele que busca a justiça. Deixo essas perguntas para o povo refletir. O ocorrido foi apenas coincidência, ou esse fato contém outra realidade que não conseguimos explicar?

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Miguel Martini. O raciocínio é intrigante, e temos o direito de ter dúvidas diante de tantos acontecimentos. A Deputada Maria Tereza Lara lembrou bem esse episódio intrigante. Será que há outros interesses por trás do acontecido, não do povo iraquiano, mas, quem sabe, do próprio imperialismo? Essa pergunta fica no ar. Temos o direito de questionar, diante da invasão dos Estados Unidos ao Iraque, não justificada, porque não encontraram nada do que afirmaram que havia de perigoso naquela região.

Em relação à questão do veto, há decisão da Bancada do PT, a qual já comuniquei à comissão de Diretoras, que se reuniram com o Presidente da Casa e com o Colégio de Líderes. Votaremos a favor da derrubada do veto do Governador Aécio Neves, tanto no que diz respeito ao apostilamento das Diretoras quanto no que diz respeito à função pública, porque entendemos que o Governador quebrou um acordo firmado nesta Casa para a votação da reforma administrativa. Espero que a base do Governo respeite o acordo e rejeite o veto do Governador. As Diretoras das escolas e os detentores de cargos de função pública podem ficar tranqüilos, porque os 16 votos do PT serão pela derrubada do veto, mas precisamos de mais 23 votos da base do Governo, para que façamos cumprir o acordo aqui firmado.

Com relação à questão da resolução da educação, Deputada Maria Tereza Lara, infelizmente, a política é do Governo Aécio Neves. A questão voltou às mãos do Tesouro, das quais desejávamos nos livrar, que tudo cortará, desde que seja do interesse público. Só podem ser cortados os interesses sociais. Espero que o Governo reflita sobre o assunto, para que não tenhamos de chamar o Governador Aécio Neves de mãos de tesoura. Esse apelido não fica bem ao perfil que deseja construir, mas, infelizmente, essa resolução, do jeito que tem sido aplicada, serve para fazer cortes no interior da escola, independentemente de piorar a qualidade da educação, como vem acontecendo.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - Não sou da Comissão de Educação, mas estou sensibilizada com a proposta. Em vez de a Secretária vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre o decreto, marcou reunião amanhã, às 11 horas, na Secretaria. Proponho-me a comparecer a fim de apoiar o requerimento do Deputado Weliton Prado, que solicita a revogação do decreto, que propõe cortes na área da educação. Acredito que o pedido de revogação comunga com o discurso do Deputado Antônio Carlos Andrada, que lança, hoje, a campanha de ignorância zero. Entendo que a proposta do decreto debilita a educação no Estado. Diante disso, estaremos aumentando a ignorância se tivermos implementada essa proposta, de maneira tão inoportuna, já no segundo semestre.

A Deputada Maria Tereza Lara expôs com detalhes todas as preocupações da Bancada do PT. Convido todos os Deputados desta Casa para a reunião, pelo menos em termos de representação partidária. Seria oportuno contar com a representação do Deputado Antônio Carlos Andrada, que está muito preocupado com a educação em nosso País, quando deveria preocupar-se com a educação em nosso Estado. Se esse decreto não for revogado, a educação ficará completamente comprometida.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço à Deputada Marília Campos. O melhor seria a Secretária vir à Assembléia Legislativa prestar esclarecimentos. Pelo visto, anda muito ocupada na Secretaria ou talvez não preze o Poder Legislativo como deveria; porém, isso não nos fará desistir de buscar informações e exigir a revogação das decisões que apresentou. Essas resoluções não deveriam ser interpretadas dessa forma, pois já existiam e não foram entendidas assim. O problema reside na interpretação dada pela Secretária, obrigando que cortes prejudiciais à educação sejam feitos. Tomara que a própria Secretária reconheça isso e revogue suas decisões, o que é mais importante até do que o problema da resolução.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Agradeço-lhe. Para discutirmos e avaliarmos o que é certo ou errado, o que é bom, melhor, o que é pior e o que não presta, temos de partir de dados realistas, da verdade. Enquanto a Deputada Maria Tereza Lara falava, entrei em contato com a Secretaria de Educação e recebi as seguintes informações: a resolução é do Sr. Murílio Hingel, do Governo Itamar Franco, e existe desde 2002. A Secretária apenas exigiu o cumprimento da resolução, visando a valorizar os servidores públicos, que são os excedentes do Estado, desde que estes se encontrem compatíveis com as matérias que estão autorizados a lecionar. Logo, se o servidor não for qualificado para lecionar determinada matéria, não poderá assumi-la. Essa é a instrução dada.

Primeiro, no sentido de valorizar o concursado, o que hoje já é servidor público do Estado. Que ele assuma essa matéria, desde que seja dentro da área em que está licenciado, não aceitando que seja diferente disso. Sobre esses fatos, podemos conversar. O contrário não corresponde à realidade dos fatos emitidos pela Secretaria. Essa é a informação que tenho a dar.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço ao Deputado Miguel Martini. Amanhã a Comissão estará com a Secretária. Vejamos se essa situação ficará esclarecida, porque as denúncias que temos recebido são de outra monta; aliás, há essas que a Deputada Maria Tereza Lara abordou, e muitos professores e Diretores de escolas têm-nos procurado em relação à interpretação dada à resolução. Sei que a resolução é antiga, mas não tivemos problemas com ela no passado. Os problemas são oriundos da interpretação que a Secretária tem dado a ela. Como a Secretária não tem muito conhecimento do sistema estadual de ensino, é oriunda mais das universidades, às vezes pode ter outro tipo de conhecimento ou pode não compreender a realidade das escolas. Seria bom que houvesse um conselho, ao qual ela pudesse se reportar, para que problemas desse tipo não ocorressem. Vamos ver se essa situação será resolvida amanhã. As Deputadas da Bancada do PT estarão nos representando.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - A Secretária da Educação está cumprindo a meta de diminuição de investimentos para fazer caixa, não interessando os meios. Essa é a tônica deste Governo. Se analisarmos o PPP mandado pelo Governador, veremos que ele deixa muito claro que não interessa o meio, que é a iniciativa privada, interessa o fim.

O que está acontecendo hoje - embora o companheiro Miguel Martini tenha dito que não pode acontecer, mas infelizmente está ocorrendo - é que pessoas sem condições para lecionar determinada matéria estão lecionando. O que se quer, de qualquer maneira, é diminuir gastos, investimentos em educação, para fazer caixa, talvez para contrair empréstimo e nos colocar em situação cada vez mais complicada.

Quanto ao veto, companheiro Rogério Correia, temos de derrubá-lo por questão de justiça com as Diretoras e com os funcionários de função pública. As Diretoras trabalharam muito tempo para ter direito ao seu apostilamento integral. Todas elas estão com dois, três, quatro anos de trabalho. Estas aqui estão com sete anos e perderam a condição de ser professoras e, conseqüentemente, de ser tratadas, na aposentadoria, com um período menor, por estarem na direção, na época da mudança que aconteceu com Fernando Henrique Cardoso. Quanto aos funcionários de função pública, também trabalharam e prestaram serviço com a mesma lealdade de qualquer outro concursado.

O mais grave são as justificativas do Governo do Estado, querendo se eximir da sua responsabilidade e colocando esta Casa em dificuldade, porque estão falando que é inconstitucional. Parece que aqui existem 77 Deputados que não entendem de lei e que os assessores não são competentes. É bom que se entenda que tudo o que foi aprovado aqui passou pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e pelas temáticas, com total assessoria de advogados, pessoas competentes. Que ele venha a público e fale que está vetando porque quer diminuir despesas e sucatear mais ainda este Estado, e não diga que é meramente inconstitucional, colocando o Poder Legislativo como grande responsável por essas leis que foram aprovadas, segundo o Governador, de uma maneira ilegal.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões. Gostaria de abordar um último assunto. Pediria a atenção dos nobres Deputados, dos nossos telespectados, do Presidente Luiz Fernando Faria. Esse é um assunto grave, pelo menos do ponto de vista ético, e não poderia deixar de trazê-lo à tribuna. Fui a Brasília saber que estudo o Governo Federal está fazendo a respeito desse projeto de parceria público-privado, ao qual o Presidente Lula tem se referido nos últimos dias, com muita ênfase.

O Presidente Lula tem dito que o projeto é fundamental, até para que o plano plurianual se torne realidade. Chegou a citar números. Disse que precisará de aproximadamente R\$190.000.000,00 para construção de estradas, da malha ferroviária do setor energético, de telecomunicações, enfim, infra-estrutura para preparar o Brasil para o crescimento. Esperava que R\$83.000.000.000,00 viessem da iniciativa privada.

Experiência mundial da parceria público-privada vem sendo realizada, e nada mais justo que o Governo mandar proposta para o Congresso Nacional aprovar especificando, para o setor privado, o tipo de garantia.

Recentemente, o Governador Aécio Neves enviou à Assembléia projeto de lei PPP como se fosse novidade. Sabíamos que se tratava de truque, já que não é novidade, pois o mundo inteiro discute isso. Várias Prefeituras o fazem ou já o fizeram, se não da forma que será estabelecida, o fazem por meio de concessão, de licitação. Essa parceria é mais manjada que muita coisa existente no País.

O Governador é afoito ao dizer que está apresentando o novo. Tivemos problemas com ele durante a campanha quando, misteriosamente, pontos do programa Nilmário Miranda pareciam idênticos a pontos programáticos do Governo Aécio Neves. Fizemos denúncia desse plágio. Creio que sua assessoria tem o péssimo hábito de plagar.

Quando enviou o projeto, todos sabiam se tratar de "marketing" político feito por meio de plágio, apresentando a reforma previdenciária do Lula, que se encontra no Congresso Nacional, antecipando-a e apresentando-a como proposta de projeto de lei. Tudo está parado. Nem para a Comissão de Justiça a proposta foi, porque a Assembléia está esperando a aprovação das reformas previdenciárias do Congresso Nacional para depois tratar do assunto. Não há como antecipar reforma previdenciária em Minas. Ninguém deu a menor atenção à proposta, que é cópia daquela que Lula enviou. Até aí, tudo bem, porque se trata de documentos públicos. Porém, ao ir a Brasília, surpreendo-me com a notícia de que o projeto de lei do Governador Aécio Neves é cópia, vírgula por vírgula, letra por letra, da minuta que se encontra no Ministério do Planejamento, fruto de estudo do escritório Carlos Ari Sundfeld, de São Paulo, contratado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Ministério do Planejamento. Conforme notícias que obtive, o contrato, de três meses, custou caro. Os membros do escritório foram à Inglaterra, berço do neoliberalismo, fazer cópia exata do projeto PPP. De lá, trouxeram informações e fizeram importantes pesquisas.

Posteriormente, verificarei o preço e o contrato, mas é importante a iniciativa do Governo em conhecer as PPPs mundiais, a fim de aproveitar as oportunidades no Brasil. Até aí, nada de mais. Aquele escritório, por meio desse contrato, fez minuta, que ali continuou, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso perdeu as eleições. O documento, portanto, pertence ao Governo Federal, responsável pelo estudo no qual se envolveram os funcionários de carreira do Ministério do Planejamento.

Mas essa minuta - vírgula por vírgula, letra por letra - foi apresentada em Minas sob a forma de projeto de lei. O responsável pelo documento e pela contratação do escritório Carlos Ari Sundfeld, de São Paulo, é exatamente quem está cuidando do projeto PPP, ou seja, o Dr. Luís Antônio Ataíde, que era funcionário do Ministério do Planejamento e acompanhou o estudo. Ao perder as eleições, pegou o estudo no escritório e vendeu o peixe para o Governador Aécio Neves. Ganhou, então, o cargo de mentor, fazendo da minuta um projeto de lei. Embora não tenha sido o caso, o que o impediria de vender aquele documento para alguém? Essa denúncia é séria. Ouvi alguém do Governo dizer que tudo é documento público. Discordo, porque se trata de estudo feito pelo Governo Federal, não pelo ex-Presidente Fernando Henrique. Não considero ético o comportamento de um burocrata, um tecnocrata, um funcionário que sai de determinado órgão público e vende seu peixe a outra instituição, especialmente quando o estudo foi pago com dinheiro público.

Estranhei muito que o Líder do Governo tenha defendido tal atitude, dizendo que, como se trata de documento público, ela é normal. Não concordo, no mínimo é má-fé. Devíamos discutir se esse comportamento é correto; sob o ponto de vista ético. Se houvesse acontecido no setor privado significaria crime, seria venda de informações obtidas com dinheiro público. Eticamente, o comportamento desse funcionário não é o melhor. Precisamos analisar o que deve ser feito.

Não somos contrários ao conteúdo do PPP, desde que tomemos conhecimento das regras. Além disso, não deve significar privatização do Estado, e o modelo deve ser correto sob o ponto de vista de parcerias. Existem falhas graves na minuta, aqui apresentada como projeto de lei. Por exemplo, a possibilidade de, inexistindo licitação, cobrar-se tarifas no futuro, sangrando o contribuinte e substituindo-se a PPP por novo modelo de contratação de uma empresa terceirizada, fugindo-se, assim, da licitação, que é obrigatória.

O Governador Aécio Neves precisa parar de fazer "marketing" político e governar melhor. O Governo Estadual não poderá aplicar projeto de PPP sem conhecer as regras que serão estabelecidas pelo Congresso Nacional. O Presidente Lula anunciou que o colocará em execução juntamente com o Plano Plurianual. Portanto, não pode ser implementado aqui sem o conhecimento das regras, porque simplesmente brincaríamos de fazer leis. Por exemplo, as licitações não podem ser feitas sem que se obedeça à Lei Federal nº 8.666.

Também a PPP não poderá ser feita, porque terá significado nacional, não podendo ser aplicada. A Bancada do PT está estudando o projeto que trata desse assunto. Fazemos esses comentários, sendo o primeiro do ponto de vista ético, com essa crítica. Veremos quais medidas serão tomadas e não julgamos correto que esse tipo de comportamento de um funcionário público seja considerado ético. O segundo comentário diz respeito ao comportamento do Governo ao querer se tornar vanguarda no processo, tentando se passar por moderno, com exemplos de outros governos. Na verdade, são cópias de minutas de governos passados. Não existem estudos anteriores, e o projeto não tem aplicabilidade.

Gostaria de contra-argumentação do Deputado Miguel Martini nesse sentido.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões. Gostaria de abordar um último assunto. Pediria atenção dos nobres Deputados, dos nossos telespectadores, do Presidente Luiz Fernando Faria. É um assunto grave, pelo menos do ponto de vista ético. Não poderia deixar de trazê-lo à tribuna. Fui a Brasília saber que estudo o Governo Federal está fazendo a respeito da PPP, ao qual o Presidente Lula tem se referido nos últimos dias, com muita ênfase.

O Presidente Lula tem dito que o projeto é fundamental, até para que o Plano Plurianual se torne realidade. Chegou a citar números. Disse que precisará de aproximadamente R\$190.000.000,00 para construção de estradas, da malha ferroviária do setor energético, de telecomunicações, enfim, infra-estrutura para preparar o Brasil para o crescimento. Esperava que R\$83.000.000.000,00 viessem da iniciativa privada.

Experiência mundial da parceria público-privada vem sendo realizada. Nada mais justo que o Governo mandar proposta para o Congresso Nacional aprovar, colocando para o setor privado qual o tipo de garantia.

Recentemente o Governador Aécio Neves enviou à Assembléia projeto de lei criando a PPP como se fosse novidade. Sabíamos que se tratava de truque, já que não é novidade, pois o mundo inteiro discute isso. Várias Prefeituras fazem ou já fizeram. Se não da forma que será estabelecida, o fazem por meio de concessão, de licitação. Essa parceria é mais manjada que muita coisa existente no País.

O Governador é afoito ao dizer que está apresentando o novo. Tivemos problemas com ele durante a campanha quando, misteriosamente, pontos do programa Nilmário Miranda pareciam idênticos a pontos programáticos do Governo Aécio Neves. Fizemos denúncia desse plágio. Creio que sua assessoria tem o péssimo hábito de plágio.

Quando enviou o projeto, todos sabiam se tratar de "marketing" político por meio de plágio, ou seja, apresentação da reforma previdenciária do Lula, que se encontra no Congresso Nacional, antecipando-a e apresentando-a como proposta de projeto de lei. Está parado. Nem para a Comissão de Justiça foi, porque a Assembléia está esperando a aprovação das reformas previdenciárias do Congresso Nacional para depois tratar do assunto. Não há como antecipar reforma previdenciária em Minas. Ninguém deu a menor atenção. É a cópia do que Lula enviou. Até aí, tudo bem, porque são documentos públicos. Porém, ao ir a Brasília, surpreendo-me com a notícia de que o projeto de lei do Governador Aécio Neves é cópia, vírgula por vírgula, letra por letra, de minuta que se encontra no Ministério do Planejamento, fruto de estudo do escritório Carlos Ari Sundfeld, de São Paulo, contratado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Ministério do Planejamento. Conforme notícias que obtive, o contrato, de três meses, custou caro. Os membros do escritório foram à Inglaterra, berço do neoliberalismo, fazer cópia exata do projeto da PPP. De lá trouxeram informações e fizeram importantes pesquisas.

Posteriormente verificarei o preço e o contrato, mas é importante a iniciativa do Governo em conhecer as PPPs mundiais, a fim de aproveitar as oportunidades no Brasil. Até aí, nada de mais. No entanto aquele escritório, por meio desse contrato, fez minuta, que ali continuou, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso perdeu as eleições. No entanto, o documento pertence ao Governo Federal, responsável pelo estudo, no qual se envolveram os funcionários de carreira do Ministério do Planejamento.

Mas essa minuta - vírgula por vírgula, letra por letra - foi apresentada em Minas sob a forma de projeto de lei. O responsável pelo documento e pela contratação do escritório Carlos Ari Sundfeld, de São Paulo, é exatamente quem está cuidando do projeto PPP, ou seja, o Dr. Luís Antônio Ataíde, que era funcionário do Ministério do Planejamento e acompanhou o estudo. Ao perder as eleições, pegou o estudo no escritório e vendeu o peixe para o Governador Aécio Neves. Ganhou, então, o cargo de mentor, fazendo da minuta um projeto de lei. Embora não tenha sido o caso, o que o impediria de vender aquele documento para alguém? Essa denúncia é séria. Ouvi alguém do Governo dizer que tudo é documento público. Discordo, porque se trata de estudo feito pelo Governo Federal, não pelo ex-Presidente Fernando Henrique. Não considero ético o comportamento de um burocrata, um tecnocrata, um funcionário que sai de determinado órgão público e vende seu peixe a outra instituição, especialmente quando o estudo foi pago com dinheiro público.

Estranhei muito que o Líder do Governo tenha defendido tal atitude, dizendo que, como se trata de documento público, é normal. Não

concordo, no mínimo é má-fé. Devíamos discutir se esse comportamento é correto sob o ponto de vista ético. Se houvesse acontecido no setor privado significaria crime, seria venda de informações obtidas com dinheiro público. Eticamente, o comportamento desse funcionário não é o melhor. Precisamos analisar o que deve ser feito.

Não somos contrários ao conteúdo do projeto PPP, desde que tomemos conhecimento das regras. Além disso, não deve significar privatização do Estado, e o modelo deve ser correto sob o ponto de vista de parcerias. Existem falhas graves na minuta, aqui apresentada como projeto de lei. Por exemplo, a possibilidade de, não havendo licitação, cobrar-se tarifas no futuro, sangrando o contribuinte e substituindo-se a PPP por novo modelo de contratação de uma empresa terceirizada, fugindo-se, assim, da licitação, que é obrigatória.

O Governador Aécio Neves precisa parar de fazer "marketing" político e governar melhor. O Governo Estadual não poderá aplicar projeto de PPP sem conhecer as regras que serão estabelecidas pelo Congresso Nacional. O Presidente Lula anunciou que o colocará em execução juntamente com o Plano Plurianual. Portanto, não pode ser implementado aqui sem o conhecimento das regras, porque simplesmente brincaríamos de fazer leis. Por exemplo, as licitações não podem ser feitas sem que se obedeça à Lei Federal nº 8.666.

Também as parcerias públicas e privadas não poderão ser feitas, porque terão significado nacional, não podendo ser aplicadas. A Bancada do PT está estudando o projeto que trata desse assunto. Fazemos esses comentários, sendo o primeiro do ponto de vista ético, com essa crítica. Veremos quais medidas serão tomadas e não julgamos correto que esse tipo de comportamento de um funcionário público seja considerado ético. O segundo diz respeito ao comportamento do Governo ao querer se tornar vanguarda no processo, tentando se passar por moderno, com exemplos de outros Governos. Na verdade, são cópias de minutas de Governos passados. Não existem estudos anteriores, e o projeto não tem aplicabilidade.

Gostaria de contra-argumentação do Deputado Miguel Martini nesse sentido.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - O Deputado Rogério Correia faz observação que gera contradição com o seu posicionamento. Tive o prazer de defender projeto de sua autoria nesta Casa, que tratava da informática livre, cuja lógica é a socialização das informações do setor público. Vivemos num país em que tudo se copia. De fato, as coisas boas devem ser copiadas. Na UNALE, criamos banco de dados ao qual Deputados Estaduais de todo o Brasil remetem projetos, e os demais parlamentares os copiam. No setor público, deve haver parcerias.

Deputado Rogério Correia, tenho a informação de que o Ministro Mantega pediu cópia do projeto ao Governador Aécio Neves, assim como o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel. Que mal existe em determinada pessoa ter idéia de projeto tão bom? V. Exa. afirmou que o projeto é muito bom e que está gerando ciúmes de quem apresentou primeiro. Isso nos tranquiliza, por sabermos que já temos os 16 votos favoráveis da Oposição. Ficamos satisfeitos. Realmente, o Governador Aécio Neves está imprimindo marca de modernidade e serenidade no atendimento às demandas da sociedade mineira, e está dando respostas. O Presidente Lula disse que copiaria o modelo de segurança pública lançado em Minas. O projeto do primeiro emprego, transformado em lei em nosso Estado, também foi apresentado pelo Presidente da República.

Não temos ciúmes disso. É bom copiarem nossas boas idéias. O Luís Antônio Ataíde, Técnico Federal, adquiriu "now how", e quando o contratamos... Imaginem se contratarmos, por exemplo, o Secretário Anastasia, e pedir-lhe que esqueça de tudo o que viu no Governo Federal, sua experiência na Secretaria-Geral dos Ministérios da Justiça e do Trabalho. Isso seria mesquinho.

Não importa de onde surgiu a idéia do projeto público-privado. O importante é quem tem a decisão política de implementá-lo. E essa foi a posição do Governador Aécio Neves diante da informação e da escassez de recursos do Estado, que nos próximos dez anos precisará de R\$40.000.000.000,00 para acompanhar o processo de desenvolvimento. É claro que o Poder Público sozinho não conseguirá. O Presidente Lula também não conseguirá, no âmbito federal, somente com as receitas que a União possui.

Tenho a certeza de que o Ministro Mantega não sabia desse projeto, pois o pediu ao Governador Aécio Neves. Se o fato de o Governador ter aqui apresentado, despertou interesse de verificar lá se havia alguma idéia nesse sentido, isso é positivo. O Governador Aécio Neves já se orgulha disso, de ter direcionado o Governo Federal a pensar de maneira moderna, a implementar esse projeto de parceria público-privado. Se realmente a União pagou, como V. Exa. expressou, e na União há o dinheiro do povo mineiro, porque grande parcela dos contribuintes são mineiros... Afinal, somos todos brasileiros. Não existe a separação dos brasileiros da União, dos Estados e dos municípios. Os recursos da União vêm do dinheiro do trabalhador brasileiro. Se o povo brasileiro pagou por essa consultoria que originou esse projeto, os municípios devem usá-lo e os Estados também. Talvez tivesse sido antiético e anormal, se algo que o povo pagou tivesse sido usurpado pela iniciativa privada. O povo brasileiro é o mesmo em Almenara, Unai, em todos os lugares. Não vejo nada de mais nisso.

Se havia esse estudo, que não estava sendo utilizado; aqui o aproveitamos. O importante é que o povo ganhou. Nossa única preocupação deve ser o que é melhor para o mineiro, para o belo-horizontino e para o brasileiro.

Por exemplo, na UNALE, trabalhávamos com projeto de sistema de informática livre para toda a administração pública brasileira, para que todos os órgãos, os municípios, os Estados, a Polícia Militar, possam ter acesso à informação e a utilizem. Queremos o melhor para a sociedade.

Para fundamentar o que disse anteriormente, lerei fax que recebi da Secretaria da Educação.

(- Lê:)

"A Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação e o Subsecretário de Administração do Sistema de Educação, considerando os questionamentos constantes encaminhados a estas Subsecretarias relativos ao aproveitamento do professor excedente, orientam as Superintendências Regionais de Ensino:

1 - assumirá aulas no Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e no Ensino Médio o professor excedente com habilitação ou qualificação igual ou maior àquela apresentada pelo professor designado a ser dispensado;

2 - as regionais deverão encaminhar ao grupo de trabalho instituído pelo Ato nº 292/2003, da Sra. Secretária, a relação de professores excedentes, por escola e localidade, que não foram aproveitados para regência de turmas ou aulas, com as razões do não-aproveitamento;

3 - deverá autorizar a reversão dos atos praticados pelas escolas que estiverem em desacordo com esta orientação;

4 - permanecendo quaisquer outras dúvidas, a SRE deverá dirigir-se diretamente à Secretaria de Educação."

Com esse documento, encerra-se a polêmica trazida pela Deputada Maria Tereza Lara. A lógica seguida pela Secretaria da Educação e a orientação dada às superintendências regionais e às professoras é para que os concursados assumam seus postos. O Estado não pode realizar concurso nem contratar professores, já que há concursados excedentes. A orientação é a de se preservar a qualidade do ensino, desde que observada a habilitação. O contrário torna-se sem efeito. Para quem se interessar, o documento estará nas mãos do Líder do Bloco. Obrigado.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Peço a Deus que, ao defender meu ponto de vista, não perca a lógica. Não entro no mérito de como a questão aqui chegou. O mais importante é que trouxe uma droga. Mais uma vez, o Governo do PSDB pega recursos dos miseráveis brasileiros para trazer da Inglaterra algo que aprofunda ainda mais o modelo neoliberal, causador de fome, miséria e desemprego. O Deputado Miguel Martini diz que o Primeiro Emprego - pasmem - é de autoria do Governador. Será que os Deputados estavam surdos ou cegos quando o tema foi campanha do Governo do Lula? Ao contrário de debater uma das bandeiras mais importantes, Aécio lançou mão de estratégias, como o ex-Presidente Collor.

Na verdade, ver o Deputado Miguel Martini dizer que o primeiro estágio remunerado, denominado Primeiro Emprego, é algo do PSDB, é nos ignorar e desmerecer as pessoas que nos assistem. Isso é um absurdo. O PSDB está acabando com todos os empregos, como criará o primeiro?

Essa parceria público-privado é mais antiga que andar para frente, pois está garantida na Constituição. Há várias modalidades, como, por exemplo, transporte coletivo e saúde, em que existe essa parceria. Então, isso somente aprofundou, piorou, distorceu e perturbou essa parceria, porque concede autoridade excessiva ao privado para obter força maior que o público. Entre as cláusulas há uma que diz que, se, numa parceria, o Governo não entrar com sua parte pecuniária, a iniciativa privada tem como tarifar o contribuinte. Isso é brincadeira. Por exemplo, se o Prefeito de determinada cidade realiza contrato com uma empresa e não paga, tarifam as pessoas que moram nessa cidade. Isso é cara de pau. É melhor não cobrar tributo.

Devemos entender que a parceria entre o setor público e o privado será aceita, até porque o PSDB quebrou o Estado. Ou investimos na parceria com a iniciativa privada, gerando emprego, ou não haverá jeito, porque o Estado está quebrado. Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, quebrou a Nação, e o Governador, hoje, quer repetir as mesmas políticas, certamente para inviabilizar ainda mais o Estado.

Discutiremos o projeto. Não pense que foi alguém que levou ou que o Mantega ou o Lula tenham pedido. O meu gabinete já tinha mandado para o Mantega, inclusive com as 17 emendas que apresentamos. O Lula pediu para o Aécio, porque queria ler e observar o que não se pode realizar em termos de parceria entre o setor público e o privado. O que se encontra aqui não se pode repetir em nível nacional. Certamente não se repetirá, porque nossas concepções são completamente diferentes. Do jeito que a PPP é proposta pelo Governo do Estado, será o setor privado parasitando o público, e o povo pagando o pato. Não podemos aceitar isso.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado. A palavra utilizada pelo Líder da Minoria, "surrupiar", é tão agressiva que nem se aplica ao caso. Percebo que talvez nem o Governador Aécio Neves tivesse idéia do quão positivo é esse projeto que apresentou à Casa. O Prefeito Fernando Pimentel e o Ministro Mantega pediram uma cópia. A Bancada da Oposição sentiu-se enciumada por não ter sido a primeira a apresentá-lo.

Ora, ficamos contentes por ganhar esse recibo e registrar o fato. Primeiramente, na questão da segurança pública, o Presidente da República disse que o modelo do Governador Aécio Neves deve ser copiado no Brasil. Em segundo lugar, o Programa Primeiro Emprego, que também se encontra em tramitação no Governo Federal. Iniciei o projeto do pré-pago, e o Governo Federal, por meio de medida provisória, manda regulamentá-lo.

Não vejo nada de mais nisso e sinto-me feliz quando um projeto de minha autoria é copiado. Gostaria que as coisas boas, e não as más, fossem copiadas. Nós, na condição de agentes políticos, servidores públicos e poder público como um todo, deveríamos comunicar-nos mais e disponibilizar todas as informações com mais facilidade, para que as coisas boas, que estão dando certo no Estado, no município, sejam copiadas. Que problema há nisso?

Não há problema. O que não podemos é ficar pensando de maneira pequena. Isso foi feito pelo escritório e pago com o dinheiro do povo, mas só pode ser usado pelo Governo Federal porque é patrimônio do Governo Federal. O povo de Minas Gerais não pode se beneficiar? Não há problema no fato de o Governo Federal copiar a PPP. Quando o Ministro Mantega pediu o projeto ao Governador Aécio Neves, imediatamente ele disponibilizou-o. Provavelmente seja até o que o Deputado Rogério Correia leu em Brasília. A cópia daqui foi para lá. Provavelmente ainda não tenha feito os ajustes para a União e para Belo Horizonte. Não há mal em copiar as coisas boas. Acredito que o Governador Aécio Neves, ao ficar sabendo desse debate, ficará muito contente e orgulhoso por saber que sua equipe de Governo está criando modelo que o Governo Federal também quer implantar rapidamente na União. Falta pouco para terminar o mandato do atual Prefeito de Belo Horizonte, que também tentará implementar o projeto em sua administração. É bom porque, quando assumirmos a PBH, já teremos esse projeto aprovado e estaremos trabalhando para tirar Belo Horizonte do caos provocado principalmente pela atual administração.

Fica ruim querer diminuir as boas idéias. Dizer que o Projeto Primeiro Emprego é projeto de primeiro estágio só porque não foi apresentado pelo PT ou pelo Lula é feio. O PT chegou à Presidência da República, e o PSB apoia esse projeto de mudança, esse novo direcionamento para o País. Estamos apoiando, mas não podemos dizer que um projeto é ruim somente porque não fui eu quem fiz e que só é bom quando faço. Esse pensamento não constrói. O que queremos é dar, cada um de nós, nossa contribuição, para que tenhamos Minas e o Brasil melhores. É segundo essa lógica que o Presidente está caminhando. O Presidente diz que quer a ajuda de todos, reunindo-se permanentemente com os Governadores para pedir ajuda para governar este País. Os Governadores estão levando suas contribuições, e é assim que temos que fazer. Os problemas do povo brasileiro não são de um partido, de um Presidente ou de um Governador. Todos os brasileiros que têm conhecimento devem colocá-lo a serviço da Nação. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado. Quero apenas explicar a confusão que está havendo. A cópia que vi na mesa do Ministério do Planejamento não é desse projeto de lei, mas a minuta do Escritório Carlos Ari Sunfeld. Li a minuta assinada e vi que é exatamente o projeto que está aqui.

Mas lá está a cópia da minuta, que veio desse escritório para cá. Não sei se veio surrupiada. Não sei quem a trouxe. Essa minuta veio do escritório e virou lei aqui. Isso está claro por causa das datas. A minuta antecede o projeto de lei.

A dúvida está sanada, Deputado Miguel Martini, porque a minuta estava lá com data anterior à lei da Assembléia. No caso, não há que se discutir quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha, porque a minuta antecede à lei, ou seja, a lei da Assembléia é cópia da minuta. A minuta é do escritório Carlos Ari Sunfeld, que pesquisou na Inglaterra o PPP. Portanto, o plágio é surrupiação, porque é evidente a origem dessa lei.

Parece que a Secretaria da Educação começou a rever sua posição. Quero parabenizar a Deputada Maria Tereza Lara, que trouxe esse assunto há muito tempo. A Secretaria reconheceu que a sua orientação estava equivocada e diz: "Assumirá aulas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio o professor excedente com habilitação ou qualificação igual ou maior àquela apresentada pelo professor designado a ser dispensado. Deverá ser encaminhada ao Grupo de Trabalho instituído pela Sra. Secretária a relação de professores excedentes, por escola e localidade, que não foram aproveitados para regência de turmas ou aulas, com as razões do não-aproveitamento. A Secretaria-Geral deverá autorizar a reversão dos atos praticados pelas escolas que estiverem em desacordo com essa orientação".

Portanto, havia realmente atos equivocados. A Secretaria começou a rever o problema, mas terá que rever mais atos. Os problemas da Secretaria de Educação são graves, sejam administrativos, de orientação pedagógica ou política. Não diria que a Secretária tem culpa dessa situação, mas a orientação do Governo com relação à educação deixa muito a desejar.

O Governo precisa melhorar sua sistemática no ensino público, porque, até agora, só tem causado caos. Falando em caos, não poderia deixar de cobrar do Governador Aécio Neves o plano de carreira da área de educação, que ficou de ser enviado à Casa até o final de agosto ou em setembro. Espero que o Governador esteja solicitando à Secretária e ao Secretário Anastasia urgência na elaboração do plano de carreira, conforme compromisso que firmou conosco.

Como vamos ter muitos assuntos para tratar, como o PPP, surrupiação de projeto, vetos incluindo descumprimento de acordo, é bom que se apresse a chegada do plano de carreira à Casa. A Oposição não poderá permitir que esses vetos e discussões sejam concluídos antes do cumprimento do acordo do plano de carreira. Não é possível que a Assembleia Legislativa permita que o Governo descumpra o acordo e deixe de enviar à Casa o que foi acordado. Sem esses assuntos estarem resolvidos não podemos continuar a votar, como quer o Governo. Acho que nem a base do Governo vai concordar com isso.

Sr. Presidente, agradeço e penso que Miguel Martini está esclarecido das origens do projeto e da minuta. No caso, primeiro nasceu a minuta do escritório Carlos Ari Sunfeld; depois, essa minuta veio para cá, transformando-se em projeto de lei. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/8/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Márcia de Almeida Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Maria Gilza Marques Bicalho Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Distribuidora Igarapé Ltda. Objeto: fornecimento de água mineral. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33900000. Vigência: 12 meses, a partir de 12/8/2003. Licitação: Pregão Eletrônico nº 1/2003.